



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Universidade de Brasília  
Centro de Excelência em Turismo

**TURISMO RURAL: PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO  
PARANOÁ - RA VII**

**Eliane Moura Meireles Gomes**

**Orientador: Prof. Msc - Domingos Sávio Spezia**

Monografia apresentada ao Centro de  
Excelência em Turismo da Universidade de  
Brasília como requisito principal para  
obtenção do certificado de Especialista em  
Gestão e Marketing em Turismo.

Brasília, DF, maio de 2004.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Universidade de Brasília  
Centro de Excelência em Turismo  
Especialização em Gestão e Marketing do Turismo

**TURISMO RURAL:  
PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO  
PARANOÁ - RA VII**

**Eliane Moura Meireles Gomes**

**Banca Examinadora  
Orientador: Domingos Sávio Spezia, Prof. Msc  
Iara Lucia Gomes Brasileiro**

Brasília, DF, maio de 2004.

**Eliane Moura Meireles Gomes**

**TURISMO RURAL:  
PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO  
PARANOÁ - RA VII**

**Comissão Avaliadora**

**Orientador: Domingos Sávio Spezia, Prof. Msc**

**Iara Lucia Gomes Brasileiro**

A banca examinadora verificou e avaliou a presente monografia. Os membros da banca opinaram pela sua\_\_\_\_\_.

Brasília, DF, maio de 2004.

## **Dedicatória**

Ás pessoas que como seu trabalho, atitudes e idéias,  
constroem um mundo melhor e, em particular a  
Meus Pais: Meireles e Geralda  
Meu Esposo Cristóvão e a  
Meus Filhos, Igor e Victor.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Apoio recebido para a realização desse trabalho,  
minha família.

**“Nos devemos ser a mudança que  
desejamos ver no mundo”.**

**Mahatma Gandhi**

## **RESUMO**

O turismo atualmente exerce um papel decisivo em vários países, sendo em muitos casos, verdadeiro carro chefe do desenvolvimento econômico, social e cultural. Brasília vem ano a ano, preocupando-se e dando uma atenção ao desenvolvimento turístico da cidade. A região do Paranoá RA VII possui um potencial para o turismo rural, muito promissor. É preciso planejar o seu desenvolvimento de forma sustentável com profissionalismo e sabedoria. Assim o turismo reverter de forma à região inúmeros postos de trabalho, extremamente necessário no atual momento do país. Apresenta-se uma proposta de desenvolvimento turístico com diretrizes e estratégias que facilitam a exploração dos recursos naturais e culturais disponíveis, sem agredir predatoriamente a região e os seus atrativos turísticos.

**Palavras Chaves: Turismo sustentável, Planejamento, ação comunitária.**

## **ABSTRACT**

The tourism, currently, exerts a decisive paper in many countries, Being in many cases, the principal responsible of the economical, social and Cultural development. Brasilia comes year-by-year, being worried and giving some special attention to the touristy development of the city. The Region of Paranoá RA VII possesses a potential for the rural tourism that is very promising there; we have to plan its sustainable development with professionalism and wisdom. Thus the tourism reverts to the region countless ranks of work that are extremely necessary in the current moment of the country. The present a proposal of touristy development with directives and strategies that facilitate the exploration of the available natural and cultural resources, without attacking the region predatorily and its touristy attractive.

**Keywords: sustainable tourism, planning, community action.**

## FICHA CATALOGRAFICA

---

GOMES, Eliane Meireles.

**Turismo rural:** proposta para o desenvolvimento sustentável da região administrativa do Paranoá – RA VII./ Eliane Moura Meireles Gomes – Brasília, 2004.

73 p.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília.  
Centro de Excelência em Turismo. Brasília, 2004.

Ares de Concentração: Turismo

Orientador: Domingos Sávio Spezia, Prof. Msc.

1. Turismo 2. Desenvolvimento Sustentável

---

LISTA DE ILUSTRAÇÕES  
LISTA DE ABREVIATURAS

INTRODUÇÃO .....	1
1 – REFERENCIAL TEÓRICO .....	5
1.1 OS CONCEITOS DO TURISMO RURAL .....	5
1.2 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO TURISMO NO MEIO RURAL .....	10
1.3 - O TURISMO RURAL NO MUNDO .....	11
1.4 - O TURISMO RURAL NO BRASIL .....	12
1.5 TURISMO RURAL E A SUSTENTABILIDADE NO MEIO RURAL .....	15
1.6 AS “NOVAS FUNÇÕES” NÃO-AGRÍCOLAS DO CAMPO NO CENÁRIO RURAL BRASILEIRO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL .....	18
1.7 - TURISMO RURAL DIVERSIFICA A PEQUENA PROPRIEDADE .....	23
1.8 - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E CIDADANIA: INGREDIENTES DA SUSTENTABILIDADE .....	24
1.9 - PENSAR GLOBALMENTE E AGIR LOCALMENTE .....	27
2. METODOLOGIA .....	30
2.1 ASPECTOS CONCEITUAIS .....	30
2.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS .....	31
2.3 TIPOLOGIA DA PESQUISA .....	34
2.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA .....	34
2.5 ÁREA DE ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA .....	35
2.5.1 NOME OU DENOMINAÇÃO SOCIAL .....	35
2.5.2 CHEFE DE GABINETE .....	35
2.5.3 LOCALIZAÇÃO E ACESSO .....	36
2.5.4 ÁREAS E LIMITES .....	36
3. PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL DA RA VII DO PARANOÁ NO DF .....	37
3.1 INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA .....	40
3.1.1 ATRATIVOS NATURAIS .....	40
3.1.2 ATRATIVOS ARTIFICIAIS .....	42
3.1.3 PAISAGEM CÊNICA .....	46
3.1.4 ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS .....	48
3.1.5 INFRA-ESTRUTURA E ASPECTOS ARQUITETÔNICOS .....	51
3.1.6 INFRA -ESTRUTURA DE APOIO TURÍSTICO .....	52
3.2 DEMANDA TURÍSTICA DO DF .....	53
3.2.1 - PERFIL DE RENDA DAS FAMÍLIAS .....	53
3.2.2 - DEFINIÇÃO DO PÚBLICO ALVO .....	55
3.3 METAS .....	56
3.4 OBJETIVOS .....	56
3.5 ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS .....	57
3.6 ESTRATÉGIAS DE MARKETING .....	57
3.7 DIRETRIZES INSTRUÇÃOAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA RA VII ..	58
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	60
BIBLIOGRAFIA .....	64
ANEXO .....	71

## INTRODUÇÃO

O processo de urbanização e ampliação de tempo livre em relação às horas trabalhadas contribui para o desenvolvimento da atividade turística, como fuga de tensões e estresse, gerando uma movimentação de pessoas que cria um sem-número de transformações nas localidades onde o turismo acontece. Essas transformações podem ser observadas nos atrativos ou nos recursos naturais e culturais, na hospedagem, na alimentação, no entretenimento, nas atividades comerciais e na infra-estrutura de apoio à atividade turística, entre outros.

A atividade turística existe quando há deslocamento de pessoas do seu local de residência habitual por tempo determinado e devido a motivações diversas. Para avaliar o sucesso dessa atividade, deve-se considerar: atrativos ou recursos naturais e culturais; equipamentos turísticos (meios de hospedagem, alimentação e transporte) e infra-estrutura.

O turismo é uma atividade que, quando alcança um nível elevado de desenvolvimento, pode servir de base econômica para uma região ou um local, requerendo especial atenção para os impactos ambientais que provoca. É uma atividade que consome o espaço geográfico: exige a construção de infra-estrutura, utiliza-se de recursos naturais, integra a população nativa e pode degradar o ambiente.

O desenvolvimento originário do fluxo de turistas pode ser benéfico para a população e para os cofres públicos, mas também pode gerar um sem-número de problemas sérios para as comunidades afetadas. Portanto, esse desenvolvimento requer planejamento.

Um programa de gestão, planejado e implementado corretamente, pode servir para melhorar a competitividade de uma localidade turística. Por outro lado, para que o produto turístico seja cada vez mais competitivo, é necessário adaptá-lo às necessidades do mercado, o que implica eficiência na execução de programas de desenvolvimento sustentável.

No final do século XX, vimos emergir a consciência de que, sem planejamento e conservação, os recursos naturais renováveis e não-renováveis estariam comprometidos, inviabilizando a própria existência da espécie humana no planeta. Essa constatação tem ajudado a transformar as relações dos seres humanos com o meio ambiente global. A partir de então, a sociedade vem buscando alternativas de desenvolvimento sustentáveis. O turismo rural surgiu com força total porque tem capacidade de agregar duas funções

fundamentais: de um lado, a conservação dos ambientes naturais e, do outro, a geração de divisas que servem para ajudar a manter o patrimônio ambiental e também proporcionar benefícios e aumento de renda para as populações locais.

No Brasil o turismo rural tem enorme possibilidade de crescimento. Somos um país de proporções continentais, com grande diversidade sociocultural, mistura de raças, costumes e tradições. Com a atual tendência mundial de crescimento do turismo rural é essencial que o Brasil estabeleça políticas verdadeiramente sustentáveis para a atividade.

O cenário de estudo do presente trabalho trata do inventário e diagnóstico turístico da Região Administrativa do Paranoá – RA – VII, produzido pela equipe técnica administrativa do Governo do Distrito Federal - Administrativa Regional do Paranoá, coordenado por Tânia Capra, no período de fevereiro de 2002 a maio de 2003, por suas características físicas históricas e culturais, dispõe de um potencial para prática das atividades ligadas ao turismo rural. Com um estudo bem feito de inventário, pode-se propor um planejamento sustentável da região.

A Região administrativa do Paranoá localiza-se no Distrito Federal ao norte de Brasília, situada às margens do lago Paranoá estando a 20 km da Rodoviária do Plano Piloto. A RA-VII Paranoá conta com uma população de 54.902 habitantes (censo demográfico IBGE de 2000). A Região ocupa uma área de 851,94 km com uma densidade demográfica de 64,49 hab/km<sup>2</sup>.

O valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas é de R\$ 674,06 (seiscentos e setenta e quatro reais e seis centavos), de acordo com o censo demográfico IBGE 2000. A Região Administrativa do Paranoá limita-se ao norte com as Regiões Administrativas de Planaltina e Sobradinho, ao sul e ao leste com o estado de Goiás e a Oeste com o Plano Piloto e a RA II-GAMA, a cidade está situada em local de altitude privilegiada que oferece uma bela vista do lago Paranoá e do Plano Piloto.

A RAVII, Paranoá conta com 100% da população servida de água potável, esgoto sanitário e energia elétrica numa rede de 1.514,24Km de eletrificação atendendo a 6.851 ligações domiciliares, comerciais, indústrias e públicas, 90% da população beneficiada com a rede de águas pluviais, 82,68% atendida com a rede de iluminação pública; 92% das vias asfaltadas, e 84% possuem meios-fios. A cidade também dispõe de serviços telefônicos, redes bancárias e uma estação de tratamento de esgoto (ETE).

A renda média mensal familiar do Paranoá RA VII, segundo dados do PISEP/DF e cálculos da CODEPLAN (2000) é de R\$ 630,33 e a renda mensal per capita é de R\$ 152,47.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, a região possui 2.955,88 áreas rurais produtoras de alimentos. No Paranoá existem 760 empresas de micro à grande porte e 285 pessoas físicas exercendo o comércio. A atividade comercial é pequena e abrange principalmente restaurantes, lanchonetes, eletrodomésticos, confecções, borracharias, oficinas e farmácias.

Existe varias indústrias de transformação (de produtos alimentares, mobiliários e metalúrgicos) e somando-se uma indústria de construção civil.

Há estabelecimentos prestadores de serviços e manutenção, reparos e instalação de artigos de metal, máquina e aparelhos, motores e veículos rodoviários, artigos de madeira, calçados, jóias e não especificados.

A RAVII Paranoá é a Segunda maior zona rural, contando com grandes culturas como: feijão, milho e soja, hortaliças e frutíferas em produção de grãos no DF.

A Pecuária tem rebanhos bovinos, suínos e caprinos para produção de carne e leite, e um plantei de aves para corte e produção de ovos.

O objetivo deste estudo é apresentar uma proposta para o desenvolvimento turístico sustentável da RAVII, mais precisamente no turismo rural:

- Pesquisar entre as bibliografias existentes, diferentes conceitos e definições sobre o turismo rural;
- Pesquisar modelos de turismo rural que deram certo em outras localidades;
- Observar os princípios norteadores do desenvolvimento sustentável para a região Administrativa RA VII do Paranoá;
- Propor planejamento para o desenvolvimento sustentável da RA VII do Paranoá.

O referencial teórico apresentado visa conceituar o turismo rural, o turismo sustentável, o desenvolvimento sustentável, e a participação comunitária.

Para elaboração da monografia, foram desenvolvidas as seguintes etapas metodológicas entre novembro de 2003 a janeiro de 2004:

- Pesquisa bibliográfica sobre os conceitos de turismo rural, turismo com base local, desenvolvimento sustentável, Agenda 21, participação comunitária e monitoramento;

- Visitas a atrativos do turismo rural da região do Paranoá RA-VII;
- Coleta de dados sobre a região RA VII do Paranoá /DF, pelo Governo do Distrito Federal (*via Internet*);
- Coleta de dados no inventário participativo da oferta turística da região administrativa VII do Paranoá (inventário e diagnóstico da RA VII do Paranoá pelo GDF);
- Pesquisa sobre os conceitos do planejamento turístico sustentável;
- Apresentação de uma proposta para o desenvolvimento turístico sustentável na RA VII.

Quanto à estrutura, o primeiro capítulo, traz o referencial teórico sobre diferentes conceitos do turismo rural enunciados por diversos estudiosos e autores; logo, uma visão de turismo rural no mundo, no Brasil, e especificamente no Distrito Federal. Também se enfoca a sustentabilidade no meio rural junto às novas funções realizadas no espaço rural brasileiro.

O capítulo dois, é dedicado à metodologia da pesquisa realizada, enfocando os aspectos conceituais metodológicos, a tipologia da pesquisa, sua delimitação e a área de abrangência.

No capítulo 03 apresentamos uma proposta para o de desenvolvimento turístico sustentável da região administrativa do Paranoá RA VII com base no inventário e diagnóstico turístico da região.

No capítulo 04 observa-se uma análise e discussão do inventário apresentado e descreve as metas, objetivos, estratégias e diretrizes para o plano de desenvolvimento turístico da RA VII do Paranoá.

Finalmente no capítulo 05 observa-se uma consideração final do trabalho. Acrescenta-se bibliografia e os anexos.

## **1 – REFERENCIAL TEÓRICO**

### **1.1 OS CONCEITOS DO TURISMO RURAL**

O turismo rural é um segmento relativamente novo e em fase de expansão no Brasil, pode ser explicado, principalmente, por duas razões: a necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos; e a vontade dos moradores urbanos de reencontrar suas raízes, de conviver com a natureza, com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior.

Segundo as preocupações expressas pelo próprio Presidente do EMBRATUR, na entrevista à Revista Business Travel (Banco do Nordeste, 1997, p.22-5) a solução para o turismo brasileiro está primeiro no mercado interno e depois no turismo continental.

O turismo é uma atividade que sofre mudanças e inovações constantes, em função de novas exigências da demanda e da contínua e acirrada competitividade dos mercados. Em virtude desta realidade, as empresas que têm seus ramos de atividade relacionados ao setor vêm seguindo a tendência de especialização no que diz respeito à oferta de seus produtos, de forma a torná-los cada vez mais segmentados, com a finalidade de atender as necessidades de uma demanda específica. Isso influi diretamente no aparecimento de novos tipos de turismo, a exemplo do Turismo Rural, como uma atividade capaz de melhorar os rendimentos de proprietários rurais e valorizar os modos de vida tradicionais, a ruralidade e o contato harmonioso com o ambiente natural.

Embora a visitação a propriedades rurais seja uma prática antiga e comum no Brasil, apenas há pouco mais de vinte anos passou a ser considerada uma atividade econômica e caracterizada como Turismo Rural. Esse deslocamento para áreas rurais começou a ser encarada com profissionalismo na década de 80, quando algumas propriedades em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, devido às dificuldades do setor agropecuário, resolveram diversificar suas atividades e passaram a receber os turistas.

Desde então, esse segmento vem crescendo rapidamente pelo País com características diferenciadas. Na maioria dos casos, ocorre de forma empírica, e confundindo-se em múltiplas concepções, manifestações e definições, sendo denominado, também, de agroturismo, ecoturismo, turismo de interior, turismo no espaço rural, alternativo, endógeno, verde, campestre, agroecoturismo, ecoagroturismo. Essa profusão

de entendimentos deve-se, em grande parte, à ausência de ações capazes de ordenar, incentivar e oficializar o Turismo Rural como um segmento turístico, fazendo com que a vasta diversidade cultural e geográfica do País, ao invés de caracterizar e identificar cada lugar, tenda à descaracterização.

O primeiro problema que se encontra ao estudar e descrever o turismo rural, dentro da literatura existente, e o das definições e os conceitos estabelecidos que são variados e ainda bastante ambíguos.

Segundo Tulik (1997, p.77), desta riqueza de termos, expressões e conceitos surgem confusões terminológicas, como a que ocorre entre turismo rural e ecoturismo, no uso do termo turismo verde. Entendido como uma forma alternativa (do turismo contemporâneo) em oposição ao turismo convencional, a autora sugere o tratamento turismo no meio rural como tudo o que ocorre no meio rural, com relação ao aproveitamento do turismo.

Na mesma linha de pensamento é o trabalho de Calls, Capellà e Vaqué (1995:33) que consideram mais apropriado referir-se a totalidade dos movimentos turísticos que se desenvolvem no meio rural com a expressão turismo no espaço rural ou em áreas rurais reservando turismo rural para aquelas atividades que em maior medida se identificam com as especificidades da vida rural, seu habitat, sua economia e sua cultura.

Segundo esses autores, a literatura que trata dos problemas de definição de turismo rural, aponta para duas tendências. Na primeira, o critério diferenciador se baseia nos elementos que compõem a oferta, falando-se de turismo rural quando a cultura é um elemento importante e aplicando-se denominações específicas tais como agro turismo, turismo verde, eqüestre, de caça, etc. para indicar o caráter prioritário do componente ofertado. Na outra, numa visão econômica, o critério diferenciador é a distribuição dos rendimentos gerados pelas atividades turística que são recebidas pela comunidade rural ou pelos agricultores. Podem-se distinguir assim três categorias como o agro turismo, turismo rural e turismo em áreas rurais que como círculos concêntricos, cada uma integra a precedente.

Segundo Rodrigues (1996, p.83), o turismo rural estaria correlacionado as atividades agrárias passadas e presentes que conferem à paisagem suas fisionomias nitidamente rurais, diferenciando-se das áreas cuja marca persistente é grau de naturalidade, relativo a ecossistemas ricos em biodiversidade. Dessa forma, o turismo rural

nada mais é que as atividades turísticas ocorridas em áreas rurais nas quais ocorre ou ocorreu a prática de atividades agrárias, as quais caracterizam a ruralidade do ambiente.

Já Ruschmann (1999, p.23), em documento elaborado recentemente para EMBRATUR, referente às Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural, conceitua o Turismo Rural como sendo “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”. De acordo com a autora, pode-se considerar como sendo um vetor de desenvolvimento para a região onde é praticado, pois irá promover a atuação e resgate de todos os componentes locais, a partir do momento em que irá atuar diretamente na economia, cultura e principalmente, no ambiente local.

Para melhor entendimento desse conceito são esclarecidos os termos a seguir:

Atividades turísticas no meio rural

As atividades turísticas no meio rural constituem-se da oferta de serviços, equipamentos e produtos de:

- Hospedagem
- Alimentação
- Recepção à visitação em propriedades rurais
- Recreação, entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural.

Meio rural

- A concepção de meio rural aqui adotada baseia-se na noção de território, com ênfase no critério da destinação e na valorização da ruralidade. Assim, considera-se território um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.
- Nos territórios rurais, tais elementos manifestam-se, predominantemente, pela destinação da terra, notadamente focada nas práticas agrícolas, e na noção de ruralidade, ou seja, no valor que a sociedade contemporânea concebe ao rural, e que contempla as características

Formatados: Marcadores e numeração

Formatados: Marcadores e numeração

mais gerais do meio rural: a produção territorializada de qualidade, a paisagem, a biodiversidade, a cultura e certo modo de vida, identificadas pela atividade agrícola, a lógica familiar, a cultura comunitária, a identificação com os ciclos da natureza.

Comprometido com a produção agropecuária

- É a existência da ruralidade, de um vínculo com as coisas da terra. Desta forma, mesmo que as práticas eminentemente agrícolas não estejam presentes em escala comercial, o comprometimento com a produção agropecuária pode ser representado pelas práticas sociais e de trabalho, pelo ambiente, pelos costumes e tradições, pelos aspectos arquitetônicos, pelo artesanato, pelo modo de vida considerados típicos de cada população rural.

Agregando valor a produtos e serviços

- A prestação de serviços relacionados à hospitalidade em ambiente rural faz com que as características rurais passem a ser entendidas de outra forma que não apenas focadas na produção primária de alimentos. Assim, práticas comuns à vida campesina, como manejo de criações, manifestações culturais e a própria paisagem passam a serem consideradas importantes componentes do produto turístico rural e, conseqüentemente, valorizadas e valoradas por isso.
- A agregação de valor também faz-se presente pela possibilidade de verticalização da produção em pequena escala, ou seja, beneficiamento de produtos *in natura*, transformando-os para que possam ser oferecidos ao turista, sob a forma de conservas, produtos lácteos, refeições e outros.

Resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural

- O Turismo Rural, além do comprometimento com as atividades agropecuárias, caracteriza-se pela valorização do patrimônio cultural e natural como elementos da oferta turística no meio rural. Assim, os empreendedores, na definição de seus produtos de Turismo Rural, devem contemplar com a maior autenticidade possível os fatores culturais, por meio do resgate das manifestações e práticas regionais (como o folclore, os trabalhos manuais, os “causos”, a gastronomia), e primar pela conservação do ambiente natural.

É necessário, também, esclarecer sobre o que se entende como Turismo Rural e Agroturismo Para Graziano da Silva et al. (1998), Agroturismo compreende as “atividades internas à

propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade. Devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços e bens não-materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc) a partir do “tempo livre” das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra externa.”

Outra abordagem esclarecedora é feita por Tulik (1993), definindo Agroturismo como uma “derivação do Turismo Rural, mas caracteriza-se por uma interação mais efetiva entre o turista com a natureza e as atividades agrícolas”.

Segundo Zimmermann (2000, p.56), em se tratando da atividade de turismo rural no Brasil, entender o que é turismo rural, implica antes de tudo, conhecer a diversificação geomorfológica do espaço rural brasileiro e da cultura do homem do campo, pois o turismo rural nada mais é que um misto de diversas modalidades de turismo que em algumas situações se confundem. A distinção dessas formas de turismo rural, realizadas em uma determinada propriedade que desenvolve a conceituação plena do turismo rural, pode ao mesmo tempo, pelas características naturais da área, agregar como fator de atratividade, outras atividades de cunho ecológico, cultural ou até mesmo esportivo. Essa multiplicidade de atividades turísticas no turismo rural é muito comum devido as características das áreas rurais brasileiras.

Para Zimmermann (2000, p.18) pode-se conceituar turismo rural ou simplesmente turismo no espaço rural como todas as atividades endógenas desenvolvidas no meio ambiente natural e humano. Um produto que atende à demanda de uma clientela turística atraída pela produção e pelo consumo de bens e serviços no meio ambiente natural.

Depois de se tentar mostrar com base nas definições dos autores supracitados, o que venha ser a atividade do turismo no meio rural torna-se importante diferenciá-lo da atividade do Agroturismo, pois mesmo tendo sido mencionado que para alguns autores essas atividades são tidas como sinônimos, para outros não as são.

Atualmente EMBRATUR e os agentes que trabalham no setor tem dado, de maneira informal, ao turismo rural, a definição de atividade multidisciplinar que se realiza no meio ambiente, fora de áreas intensamente urbanizadas. Caracteriza-se por empresas turísticas de pequeno porte, que têm no uso da terra, as atividades econômicas predominantemente, voltadas para práticas agrícolas e pecuárias (Manual Operacional de Turismo Rural, 1994, p.15).

Assim, conclui-se que por se tratar de um tipo de atividade turística que engloba modalidades de turismo que não se excluem e que se complementam, a distinção dessas modalidades se dará pelo grau de atratividade que elas detenham no produto final. É importante destacar que, arraigado a este conceito supracitado, existem os princípios básicos para que essas atividades turísticas praticadas em áreas rurais sejam realmente consideradas como sendo atividades ligadas ao turismo no meio rural.

## **1.2 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO TURISMO NO MEIO RURAL**

Segundo Perazzo (2001, p.20), mesmo diante de uma diversidade de conceitos e termos dados ao turismo no meio rural, uma coisa é certa, ele deve ter em sua base duas condições:

A fixação de objetivos claros quanto à razão da implantação deste produto baseada na promoção da interiorização do turismo, na viabilização de novas fontes de renda ao produtor rural e no resgate e valorização da cultura local e regional, entre outros.

A aplicação de novas metodologias, nas quais a participação da comunidade e o respeito à realidade local devem ser amplamente considerados.

Segundo Zimmermann (2000, p.63), para que a prática dessa atividade atinja o seu principal objetivo, atenda e até mesmo supere as necessidades de seus praticantes, deve ter em sua base os princípios fundamentais, a seguir:

- Identidade (insumos e fatores): atividades produtiva, recursos naturais, arquitetura, infra-estrutura produtiva;
- Autenticidade (operacionalidade): recepção, costumes, gastronomia;
- Harmonia (melhorias, edificações): hospedagem, restaurante, sanitários, lazer complementar;
- Raízes e costumes (operação): museu, folclore, gastronomia, arquitetura;
- Atendimento familiar (hospitalidade): recepção, convivência, qualidade nos serviços.

### 1.3 - O TURISMO RURAL NO MUNDO

Segundo Braceras (2001, p.65), o crescimento da demanda de turismo no meio rural, pelo menos na Europa, depende fundamentalmente da capacidade de oferta. É preciso contar com um efeito impulsor da demanda de turismo rural pelo lado da oferta. Daí a importância de políticas públicas para financiar e fomentar essas novas atividades não agrícolas ligadas ao lazer nas áreas rurais, como vem fazendo, por exemplo, os Programas LEADER da Comunidade Européia, CEE.<sup>1</sup>

A experiência LEADER (Perazzo, 2001, p.40), tem revelado que o turismo rural é um fator positivo no desenvolvimento de áreas rurais frágeis. O turismo é uma palavra-chave para entender a estratégia LEADER. A idéia de que o turismo possa vir a ser o motor do desenvolvimento rural também é desenvolvida por Portillo e Álamo (1994, p.125) a partir de uma análise dos projetos de turismo subvencionados pelo Programa Leader I.

Dados apresentados por Cavaco (1997, p.98) mostram que 20% dos agricultores da Áustria, da Suécia e da Suíça recebem turistas, contra 8% para Alemanha e Holanda 4% para a França e 2% para a Itália. As curiosidades naturais e as paisagens intactas estavam entre as principais motivações para o turismo rural. No que diz respeito especificamente ao agroturismo, 1% dos veranistas alemães (o que representa cerca de 630 mil pessoas) passou férias entre 1970 e 1985.

Na Espanha cerca de 27% dos veranistas e em Portugal, um terço da população gozam de férias fora da residência e se dirigem para o interior. Em 1995, a oferta turística de alojamento rural representava menos de 2% da capacidade da hotelaria nacional e menos de 1% dos pernoites (Cavaco, 1997, p.119-20). Na Irlanda, cerca de 20% dos pernoites turísticos se verificavam em casas de campo. Na França, o turismo no meio rural interessa apenas a 2% dos agricultores, embora a oferta de quartos represente cerca de 4% do total. Na Itália, este tipo de turismo interessava apenas 20% das explorações, em 1990.

Nos Estados Unidos, o Turismo Rural teve origem com os fazendeiros que hospedavam em seus ranchos, situados em lugares distantes, sem infra-estrutura, mas com caça e pesca abundante e de qualidade. Os caçadores e pescadores que chegavam à região durante a temporada desses esportes. Na medida em que crescia a demanda por esse tipo de

---

<sup>1</sup> *Liasion Entre Action de Développement de Economie Rurale*: essa iniciativa fundamenta-se na promoção local do desenvolvimento das economias rurais, identificando alternativas inovadoras e eficazes com valor exemplificado viável. Para sua concretização, foram constituídos os Grupos de Ação Local (GAL) dotados de uma margem de avaliação.

hospedagem, os rancheiros, descobriram que havia aí um filão de negócios. Passaram, então, a oferecer a seus hóspedes uma gama de serviços, tanto no aspecto hoteleiro como em atividades “resorts”, como cavalgadas, serviços de guia e aluguel de veículos, barcos e equipamentos (Braceras, 2001, p.55).

A prática de acomodação de turistas urbanos em estabelecimentos rurais também é bastante difundida na Austrália e Nova Zelândia (Braceras, 2001, p.56). Em diversos países da Europa, como na França e na Itália propriedades rurais dedicadas à produção de queijos e vinhos oferecem alojamentos e permitem ao turista participar de fases do processo produtivo. Na Escócia, muitas destilarias de uísque possuem estrutura de hospedagem.

Na Argentina, o turismo rural iniciou-se em fins de 1960, quando grandes “estancieros” descobriram que a abertura destas magníficas propriedades e sítios de alojamento poderia representar um rendimento adicional à atividade pecuária, que passava por um período de baixa rentabilidade. As primeiras experiências tiveram lugar na região da Patagônia e tiveram como primeiros demandantes guias de caça e pesca, ávido por encontrar acomodações confortáveis para seus clientes. A partir de 1987 verificou-se naquele país um vertiginoso crescimento de turismo em “hotelaria de estâncias” (Braceras, 2001, p.57).

#### **1.4 - O TURISMO RURAL NO BRASIL**

No Brasil, dada a ausência de uma conceituação mais precisa do conjunto de atividades turísticas e recreativas que acontecem no meio rural, a experiência mais antiga citada de turismo em áreas rurais é a do município de Lages, em Santa Catarina, que nasceu como uma alternativa ao aproveitamento da estrutura existente nas fazendas e estâncias de criação de gado de corte e leiteiro, predominantes na região. São propriedades de grande importância histórica, associada às grandes tropas que percorriam as regiões sudeste e sul do país (Manual Operacional de Turismo Rural, EMBRA TUR, 1994, p 6).

As atividades turísticas no espaço rural brasileiro começaram a se desenvolver há aproximadamente 20 anos e ainda confundem-se em seus múltiplos conceitos. Voltada principalmente para a realidade do campo, com suas tradições e culturas, também é denominado de turismo rural, turismo de interior, turismo alternativo, endógeno, turismo verde e turismo de campo. Apresenta várias modalidades e diferentes possibilidades de integração com as práticas agropecuárias cotidianas, com a criação de animais silvestres

como o javali, capivara, avestruz, aves exóticas, atividades esportivas, culturais, medicinais, ou mesmo voltadas para práticas tipicamente urbanas.

Tem-se notícia, no início dos anos 1980, em Lages, Santa Catarina, dos primeiros empreendimentos turísticos do TER no Brasil. Aquela cidade foi batizada de “Capital Nacional do Turismo Rural”, pois foi onde surgiram os primeiros empreendimentos turísticos rurais, em resposta às dificuldades financeiras enfrentadas por produtores rurais da região. Em um primeiro momento Fazenda Pedras Brancas, pioneira na atividade, recepcionavam turistas ofertando algumas atividades lúdicas relacionadas ao cotidiano da fazenda. Neste “dia de campo”, o visitante era recepcionado pela manhã, permanecendo até o anoitecer, participando da tosa das ovelhas, do plantio e da colheita. Outras iniciativas se multiplicaram rapidamente e, num segundo momento, fazendas como a do Barreiro e Boqueirão, começaram a ofertar hospedagem, além do dia de campo.

No fim dos anos 1980, em São Paulo, na região de Mococa, um grupo de proprietários se reuniu e construiu um produto turístico formado por antigas fazendas da região, ofertando cavalgas, hospedagem e gastronomia típica. Tem-se notícia, em 1991, do primeiro empreendimento turístico no espaço rural mineiro, na Fazenda do Engenho, em Carrancas. Em 1993, o Turismo Rural passa a ser também desenvolvido em Lavras do Sul, no Rio Grande do Sul, propagando-se rapidamente pelo país.

O Rio Grande do Sul, um estado que prima pela preservação de suas tradições culturais, adotou uma política de desenvolvimento e fomento do Turismo Rural, que vem apoiando a atividade, criando rotas rurais com o objetivo de reunir propriedades e municípios próximos pela valorização do produto local (p.ex: uva e vinho) ou de uma característica marcante (p.ex: colonização italiana) e apoiando o surgimento das “fazendas-pousadas”, na região pecuarista da Campanha Gaúcha. Santa Catarina, o berço das atividades turísticas nos espaços rurais no Brasil, possui leitos rurais, em sua grande maioria no Planalto Serrano e Vale do Itajaí, mas existem áreas de turismo rural espalhadas pelas demais regiões.

Neste estado, foi criada a ABRATURR (Associação Brasileira de Turismo Rural), inicialmente como associação representativa dos empreendedores do turismo de Lages-SC, hoje atuando em âmbito nacional. O Paraná, estado de grande beleza, encontra-se em plena fase de valorização e reconhecimento da realidade e cultura rural, apresenta programas como a Rota dos Tropeiros que leva

o turista a reconhecer o caminho e as experiências vividas anteriormente por aqueles que foram os desbravadores regionais.

Em São Paulo, o fortalecimento do turismo em áreas rurais, especificamente do TR, aconteceu depois do fim dos anos 90, mas, anteriormente já existiam alguns empreendimentos espalhados pelo Vale do Paraíba e na região de Mococa. Atualmente, é possível verificar atividades voltadas para o cotidiano do campo e em áreas de proteção ambiental. Em Sousas e Joaquim Egídio, em Campinas, ativaram-se projetos voltados para o reconhecimento pelos turistas do cotidiano agropecuário das propriedades nelas inseridas e em municípios, como Amparo, Itu, Bananal, São José do Barreiro, entre outras tantas, com belas e antigas fazendas, aptas para a implantação de programas de turismo. Minas Gerais é o estado brasileiro que detém o maior número de empreendimentos voltados para atividades turísticas no espaço rural, oferecendo um produto voltado para a tradição agropecuária, enriquecido pela arquitetura de suas antigas fazendas igrejas e monumentos, serras, cachoeiras e muitos outros atrativos que disponibilizam um grande número de opções.

Em diversos municípios, como Maria da Fé, Cruzília, Extrema, Santana dos Montes, Jaboticatubal, Tiradentes, Barbacena, Divinópolis, Itapeçerica, Carandaí, Congonhas, Ravena, Pedro Leopoldo, Itapeva e Delfim Moreira, podem ser encontrados vários empreendimentos, ofertando diferentes produtos turísticos tais como o cotidiano agropecuário, cavalgada ecológica, grandes empreendimentos voltados para lazer.

O Espírito Santo, um dos estados “mais turísticos deste nosso Brasil”, apresenta especial aptidão para as atividades turísticas no espaço rural voltadas para a valorização do cotidiano produtivo das propriedades agrícolas. Tradicionalmente em municípios como Afonso Cláudio e Venda Nova do Imigrante as atividades turísticas rurais agregam valor e valorizam a realidade local.

O Rio de Janeiro, estado que apresenta grande potencial para a atividade turística no espaço rural, graças à rica tradição regional, belezas naturais e arquitetônicas, propicia ao turista, momentos de descanso, lazer e reconhecimento do cotidiano das propriedades, principalmente nas regiões serranas, como no município de Nova Friburgo na região serrana, em Vassouras entre outras tantas belas localidades do Estado.

No Mato Grosso do Sul desenvolvem-se atividades voltadas à visitação ecológica e ambiental nas regiões próximas a Campo Grande e o Pantanal, em propriedades rurais particulares, que oferecem hospedagem, alimentação, programas de pesca, “tours” a cavalos ou de carro, safáris fotográficos, churrascos tipo pantaneiro e excursões pela mata. De acordo com os dados apresentados no 1º Seminário Internacional de Turismo Rural (Pires, 2001, p.128) realizado em Campo Grande, MS, em março de 1997 existiam na época 220 fazendas cadastradas no Estado, interessadas em investir no turismo rural. O crescimento dessa atividade pode ser um incentivo à preservação da ecologia da região. “O fazendeiro que estiver envolvido no projeto vai pensar dez vezes antes de matar os jacarés que vivem sua propriedade” declarou a Secretária de Turismo local.

O estado da Bahia vem promovendo alguns planos de desenvolvimento regional. Entre eles, a “Rota do Cacau”, que congrega alguns municípios cacauzeiros, com antigas fazendas de grande beleza e riqueza arquitetônica, proporcionando ao turista, hospedagem, alimentação, dia de campo e lazer. É possível reconhecer atividades turísticas no espaço rural, nas regiões de Ilhéus, Itabuna, Chapada Diamantina e na periferia de Salvador.

No Distrito Federal, no entorno de Brasília principalmente, existem restaurantes rurais e propriedades que oferecem ao turista a oportunidade de passar o dia na roça, conhecer o cotidiano produtivo e comprar os produtos regionais. Não se pode deixar de comentar a grande importância das atividades turísticas rurais em outros estados da federação tais como Pernambuco, Acre, Amapá, entre outros tantos, que estão despontando pela qualidade e diversidades de seus produtos turísticos rurais.

## **1.5 TURISMO RURAL E A SUSTENTABILIDADE NO MEIO RURAL**

Para Silva, Vilarinho e Dale (1998, p.13), o turismo rural constitui uma atividade que une a exploração econômica a outras funções, como a valorização do ambiente e da cultura local que, não raras vezes, são alguns de seus atrativos principais.

Com base nessa definição pode-se observar a existência de três pontos de extrema importância, que a partir do momento que ocorram de forma conjunta, podem acarretar o desenvolvimento da localidade onde a atividade do turismo rural é praticada. Tais pontos são: a exploração econômica, a valorização do ambiente e a valorização da cultura local.

As características referentes ao turismo rural podem ser divididas da seguinte forma segundo Perazzo (2001, p.23):

- As que dizem respeito diretamente à comunidade em geral

Com relação à comunidade tem a oportunidade de divulgar o município e a região, resgatando sua cultura local e regional, dando dessa maneira, importância aos seus valores como fator de diferenciação e atrativo do turista.

- Aos proprietários

Em se tratando do proprietário rural, responsável por oferecer o produto, ele passa a ter uma nova e significativa fonte de renda, sem ter que deixar sua atividade produtiva rural, ao contrário agrega valor a ela.

- Aos turistas.

E com relação aos turistas, receptores dos produtos, estes têm a oportunidade de viver o desconhecido, criando novos conceitos e valores, aproveitando a oferta de novos produtos turísticos que representam melhoria na qualidade de vida.

De uma maneira mais simples de ser entendida, conforme Troncoso (1996, p.47), no turismo rural ocorre um conjunto de relações humanas decorrentes da presença do turista pelo seu aproveitamento e desfrute do ambiente, seus valores naturais, culturais e sócios produtivos.

Segundo Graziano da Silva, num artigo publicado no Globo Rural (2002, p. 58) “é preciso compreender o mundo rural com base em conceitos de pluriatividade, multinacionalidade e diversidade”. Sabe-se que o agricultor familiar é um dos atores fundamentais para o desenvolvimento embora não seja o único. Reduzir o desenvolvimento rural a crescimento agropecuário, não passa de um arrematado equívoco, sendo necessário fortalecer o papel dos movimentos sociais na construção deste desenvolvimento.

O futuro das áreas rurais encontra-se vinculado à diversificação interna e à multiplicação das formas de integração com o exterior para poder romper o isolamento do campo.

O turismo no meio rural tem um papel fundamental na gestão do território, dada a sua capacidade de estimular o aproveitamento do potencial de desenvolvimento endógeno de um determinado local. Permite ainda implementar a velha e correta idéia de entender os agricultores também como criadores de paisagens, dado que o desenvolvimento do mundo rural no futuro terá que descansar muito mais que no presente, na promoção de atividades produtivas distintas das agrárias (Cais, Capellà e Vaqué, 1995, p. 25-7).

Cais, Capellà e Vaqué (1995, p. 10-20) argumentam ainda que “o atual crescimento da demanda de turismo rural deve inscrever-se no amplo fenômeno da conscientização e reivindicação ecológica que vive as sociedades avançadas e altamente urbanizadas dos últimos anos do século XX. É um fenômeno de resposta à degradação do meio ambiente em escala planetária e de marginalização do não urbano (...)”. O turismo rural parece beneficiar-se, igualmente de um rechaço crescente dos pacotes turísticos, tal como tem sido elaborado tradicionalmente pelas grandes agências de viagens.

Nos dias atuais, é comum ver muitos governos interessados em promover o desenvolvimento regional e local tomando o turismo como um poderoso aliado na busca desse desenvolvimento. Em seus discursos, aparece o desenvolvimento do turismo como a grande alternativa de política econômica, e na maioria das vezes, os argumentos são sempre os mesmos: geração de empregos para a população, a captação de divisas para o município e os lucros para o setor de serviços.

Contudo, segundo Silveira (1999), poucos se têm perguntado se esse desenvolvimento promove a distribuição de renda mais eqüitativa, ou seja, melhoria nas condições de vida da população como um todo, e não apenas de uma parcela.

Lembra-se que o turismo sustentável está fundamentado nos seguintes princípios de sustentabilidade, segundo Sachs (1993.p.37):

- *Sustentabilidade ecológica*: entendida como a proteção da natureza e da diversidade biológica; portanto o desenvolvimento turístico deve respeitar a capacidade de suporte dos ecossistemas, limitar o consumo dos recursos naturais e provocar o mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida;
- *Sustentabilidade social*: fundamentada no estabelecimento de um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, com uma distribuição mais eqüitativa de renda, redução das atuais diferenças sociais e a garantia dos direitos de cidadania;
- *Sustentabilidade cultural*: implica a necessidade de se buscar soluções de âmbito local, utilizando-se das potenciais idades das culturas específicas, considerando a identidade cultural e o modo de vida local, assim como a participação da população

local nos processos decisórios e na formulação e gestão de programas e planos de desenvolvimento turístico;

- *Sustentabilidade econômica*: que assegure o crescimento econômico para as gerações atuais e, ao mesmo tempo, o manejo responsável dos recursos naturais, que deverão satisfazer as necessidades das gerações futuras;
- *Sustentabilidade espacial*: baseia-se na distribuição geográfica mais equilibrada dos assentamentos turísticos para evitar a superconcentração de pessoas, de equipamentos de infra-estrutura turísticas e, conseqüentemente, diminuir a destruição de ecossistemas frágeis e a deterioração da qualidade da experiência do turista.

## **1.6 AS “NOVAS FUNÇÕES” NÃO-AGRÍCOLAS DO CAMPO NO CENÁRIO RURAL BRASILEIRO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Os programas de desenvolvimento rural atualmente em curso são desafiados por um grande dilema: como tornar possível o desenvolvimento do meio rural quando a atividade agrícola tradicional por si só, não garante mais o indispensável a uma atividade econômica eficiente?

Para Abramovay et alli (1999, p.8), a resposta para esse dilema pode estar em recursos endógenos ao lugar, ou seja, na utilização de recursos locais que implementem as novas atividades.

De acordo com Silva et al. (1998), “o turismo rural é um bom exemplo dessas novas funções não-agrícolas do campo”, ou seja, a área rural vem sendo crescentemente associada não apenas com as atividades relacionadas à produção, mas também com aquelas orientadas para o consumo, como o lazer e o turismo. O autor diz que essas novas funções foram recriadas não apenas com uma roupagem nova, mas também com um conteúdo novo: são, no fundo, serviços pessoais e auxiliares da produção que foram agregados às tradicionais cadeias produtivas agroindustriais, criando um novo espaço para a emergência de pequenos e grandes empreendimentos nesse longo caminho que hoje vai do produtor rural ao consumidor final (Silva, Balsadi e Grossi. 1997. p61-2).

As atividades turísticas em áreas rurais são bastante diversificadas e representam alternativas importantes de emprego e renda para a população rural. Um estudo realizado pela OCDE (Fórum global da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) em 1996 informa Silva, (1997, p.85) em países europeus, nos EUA e no Canadá, mostrou que o turismo ajuda a preservar os empregos locais em áreas rurais marginais e cria novos empregos onde a atividade prospera. Em 1990, em áreas predominantemente rurais, os empregos gerados pelas atividades turísticas representaram de 5,2% (Alemanha) a 18,7% (Suíça) do total. Constatou-se também nessas mesmas áreas que para a metade dos países estudados (nove), as atividades relacionadas ao turismo geravam mais empregos que as próprias atividades agrícolas.

A população brasileira, até a década de 1960, era predominantemente rural. Segundo o IBGE<sup>2</sup>, a população rural em 1960 representava 55,3% da população total. Ainda em 1970, a população rural era 44% da população total do país. Nas décadas seguintes houve um êxodo rural acentuado.

Nos anos 90, no período 1996-9, observa-se que enquanto a população urbana cresceu 1,4% ao ano, a população rural cresceu 1,1% ao ano no mesmo período<sup>3</sup>.

Outro aspecto inusitado que se observou por meio da análise dos dados das PNADs<sup>4</sup> é que enquanto a população rural ocupada em atividades agrícolas diminuía à taxa anual de 1,7% ao ano em toda a década de 1990, a população rural ocupada em atividades não-agrícolas crescia a taxas surpreendentes de 3,7% ao ano no mesmo período. Essa constatação chama atenção para essas novas atividades não agrícolas que estão se desenvolvendo no meio rural brasileiro, entre elas o turismo rural<sup>5</sup> ou turismo no meio rural.

Segundo experiências européias realizadas na área nos anos 1990 (Graziano, 2002, p.58-9) houve uma ênfase na diversificação das áreas rurais com apoio as atividades não-agrícolas. Observou-se que as pequenas áreas rurais com explorações agrícolas eram em escalas insuficientes e não haviam desaparecido e no princípio das políticas agrícolas era de economia de escala. A qualidade de vida melhorou em função dessa diversificação. Os mercados locais de terra dinamizaram-se com novas ocupações e opções de renda não-agrícolas como projetos industriais turísticos, artesanais ou gastronômicos que elevaram a

---

<sup>2</sup> Dados obtidos no endereço eletrônico [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado dia 15/01/2004

<sup>3</sup> para maiores detalhes, ver Del Grossi et al(2001)

<sup>4</sup> PNADs: Programa Nacional por Amostra de Domicílios. - IBGE

<sup>5</sup> Os negócios não agrícolas na própria propriedade rural podem incluir: loja de artesanato, processamento de alimentos, pousada, camping, esporte de natureza, roteiros educativos e entre outros;

competitividade regional. Competitividade que não é inerente a uma firma, mercado ou empresário inovador, senão a uma rede de atores que compartilham um mesmo espaço.

De acordo com Cavaco (1996, p.94-121), os ensinamentos das experiências europeias de desenvolvimento local indicam que se devem combinar as propostas de valorização dos produtos agrícolas com planos de desenvolvimento do artesanato e de atividades ligadas ao turismo e à cultura tais como feiras e festas centradas em temas regionais e locais: produtos, trabalhos, tradições, jogos e cantares, comeres, sabores e cheiros.

Em síntese, “importa o desenvolvimento, que é simultaneamente econômico e social, e também territorial, e que envolve processos de mudança estrutural, produção social significativa, redistribuição mais equilibrada da riqueza, melhoria dos rendimentos, das condições de vida e das expectativas, sobretudo dos grupos sociais menos favorecidos”. Cavaco propõe “uma redefinição do papel que o meio rural deve jogar no conjunto da sociedade, uma vez resolvido o problema do abastecimento alimentar, função primordial que se atribuíra no mundo ocidental aos espaços rurais”.

Dentre as novas funções não-agrícolas do meio rural que segundo a autora, devem ser relevadas, estão:

Equilíbrios territoriais, compensando os efeitos do despovoamento induzido pela concentração urbana;

Equilíbrio biológico, com conservação dos ecossistemas e dos processos biológicos;

Produção de paisagem de qualidade, aberta e natural;

Produção de recursos, notadamente de água limpa, recurso natural cada vez mais raro;

Suporte de atividades, distração e recreio ao ar livre;

Combate às contaminações do ar, da água e do solo.

Segundo Cais, Capellà e Vaqué (1995, p.23), muitas das atividades que se apresentam como produtos turísticos do meio rural correspondem simplesmente a práticas de ócio dos cidadãos desenvolvidas em espaços abertos, fora das cidades, onde o meio rural serve apenas de sua base física, como um suporte relativamente neutro de consumos turísticos que poderiam desenvolver-se em outros âmbitos, como, por exemplo, competições e práticas esportivas, festas recreativas.

Dentro dessa perspectiva, duas características do turismo rural devem ser especialmente consideradas. A primeira é que seu desenvolvimento pode produzir-se em zonas que não disponham de recursos turísticos extraordinários, o que significa que a aptidão para o turismo em áreas rurais pode estender-se para amplas regiões do território e a segunda do seu baixo nível de barreiras à entrada, o que implica que o turismo rural pode criar postos de trabalho com reduzidos volumes de investimentos.

Ressalta-se que vem se reproduzindo, no meio rural, uma série de “novas” atividades que quase nada têm a ver com as tradicionalmente aí desenvolvidas. Algumas delas possuem ainda uma evidente base agrícola, como é o caso da floricultura, da criação de aves exóticas, da horticultura, etc. Porém, outras quase nada têm de base agrícola, como é o caso dos hotéis e dos condomínios de alto padrão.

Segundo Silva (1998, p.61-2), algumas dessas “novas atividades” não-agrícolas que vêm se desenvolvendo no meio rural brasileiro não-associadas, necessariamente, ao agroturismo, mas de impactos nas questões de emprego e de geração de rendas não agrícolas no meio rural são:

- Chácaras de recreio e condomínios rurais  
Pequenas áreas de terra destinadas ao lazer de famílias de classe média urbana, geralmente inferiores a 2 (dois) hectares, menor módulo rural, localizadas nas periferias dos grandes centros urbanos, na orla marítima ainda não densamente povoada ou em áreas próximas a rios, lagos, represas ou reservas florestais, e com fácil acesso através das principais rodovias asfaltadas do país;
- Pesca amadora  
Dentre as atividades de lazer, a pesca é uma das modalidades mais praticadas no o, demandando uma série de serviços do setor turismo;
- O “pesque-pague”  
Destinado ao lazer da classe média urbana, normalmente estão localizados em chácaras e sítios de fácil acesso pelas principais rodovias do estado e oferecem aos

clientes bons e diversificados serviços, estacionamento, lanchonete, material para pesca etc;

- Turismo em rios e represas

Importante fator de indução do crescimento de atividades não-agrícolas no meio rural tem sido o aproveitamento para lazer das represas fornadas para geração de energia elétrica;

- Fazenda-Hotel

Além dos já conhecidos “hotel-fazenda” um novo e bem sucedido serviço começa a ganhar força o “fazenda-hotel”. A diferença básica em comparação ao hotel-fazenda tradicional, é que, na fazenda-hotel a exploração agropecuária mantém suas atividades e rotinas originais, a “fazenda-hotel” está voltada para uma clientela urbana cada vez mais carente de contato com o cotidiano da terra, com a rotina de um modo de vida que, pelo menos no imaginário urbano, remete a uma reconciliação com a natureza.(...) aqui as atrações não são ornamentais e isso é decisivo para o seu sucesso junto a um público saturado de simulações impostas pelo mercado de consumo. As pessoas que procuram esse tipo de hotel entendem o conforto como secundário, mas a autenticidade de uma velha sede colonial é muitas vezes decisiva. E abrir o hotel é, muitas vezes, a forma de preservar a própria sede;

- Complexos Hípicos

Além de todas as instalações e atividades relacionadas ao hipismo (centro hípico com arena coberta, provas, rodeios, *shows*), o empreendimento conta com toda a infra-estrutura de um grande hotel (piscinas, quadras de futebol, tênis etc.), onde o cardápio deverá incluir cabrito, javali, perdiz e outros animais exóticos: o que indica a sua inter-relação com a atividade de criação destes animais que foi mostrada anteriormente;

- Leilões e Exposições

Agropecuárias: entidades ligadas ao setor estimam que os leilões, especialmente de cavalos e gado de corte e leite aumentaram, porém não o número de animais, devido aos altos custos envolvidos;

- Festas e Rodeios

Atividades movimentaram cerca de US\$ 500 milhões em 1996. Para se ter uma idéia da sua popularidade hoje no país, basta dizer que o seu público ultrapassou o total de torcedores presentes nos campeonatos de futebol do país: estima-se que 26

milhões de pessoas assistiram aos 1.238 rodeios previstos para 1997. É uma atividade de muito dinamismo, dando suporte para o crescimento econômico de muitas cidades pequenas e médias do interior. A festa de “Peão de Boiadeiro de Barretos” é considerada o maior dos eventos de rodeio do mundo;

- Fazenda escola

O objetivo é fazer com que as crianças das grandes cidades, com idades entre 1 a 9 anos tenham um contato maior com a natureza, seja andando a cavalo ou fazendo a ordenha de uma vaca como exemplo o “Carrossel” no Interior de São Paulo;

- Visitas programadas e cursos especiais

Como o termo turismo, estão associadas ao pernoite. Têm crescido recentemente nos casos dos visitantes que passam o dia nas fazendas e retomam a sede do município para dormir, onde são programadas atividades de cursos de culinária e de artesanato e etc.

## 1.7 - TURISMO RURAL DIVERSIFICA A PEQUENA PROPRIEDADE

O turismo rural não exige que a região tenha atrativos rurais extraordinários, mas requer que a região mantenha sua cultura, sua gastronomia, seu *modus vivendi*. Outra característica está relacionada à diversidade de postos de trabalho que o turismo rural pode crescer com a industrialização de alimentos caseiros, pães, bolos, queijo, mel, leite, doces, geléias, compotas e artesanato local as atividades típicas como pesque-pague, restaurante, cavalgadas, trilhas.

Almeida e Riedl (2000: 10) sistematizam algumas generalizações a respeito da atividade que merecem serem citadas:

- O turismo no espaço rural precisa resguardar sua especificidade, isso é, ele não pode imitar o turismo oferecido nos centros urbanos;
- A clientela do turismo rural, em sua maioria, provém dos grandes centros urbanos e busca no campo uma interação mais intensa e direta com a natureza, a qual precisa ser preservada;
- A originalidade e a simplicidade da vida rural constituem um diferencial. Quanto menor a artificialização da propriedade rural que se abre ao turismo, melhor;

- As iniciativas de turismo rural com maior probabilidade de sucesso são aquelas que envolvem a comunidade regional em todas as fases do empreendimento, desde seu planejamento até a sua implantação e posterior exploração. Iniciativas isoladas ou individuais dependem demasiadamente de características locais específicas;
- Os responsáveis pela condução do empreendimento turístico precisam ser conhecedores da história, da cultura, das tradições, da culinária e das atrações naturais da região em que estão inseridos. O turista normalmente é extremamente curioso e questionador;
- A exploração do turismo rural deve ter o caráter de complementaridade, isto é, a atividade não deve ser abandonada. O turista aprecia participar ativa ou passivamente do trabalho na agricultura e adora saber que a maioria dos produtos consumidos nas refeições provém dos estabelecimentos visitados;
- A vida rural ainda preserva algumas características típicas de uma cultura, cada vez mais interpenetrada pela cultura urbana dominante. O turista muitas vezes procura o meio rural para resgatar traços dessa cultura, os quais, portanto, precisam ser resguardados e valorizados.

## **1.8 - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E CIDADANIA: INGREDIENTES DA SUSTENTABILIDADE**

A preocupação mundial com o meio ambiente começou no final da década de 60 e início de 70. Em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, foi produzida a Declaração de Estocolmo, que introduziu, pela primeira vez na agenda política internacional, a dimensão ambiental como condicionadora e limitadora do modelo tradicional de crescimento econômico e do uso dos recursos naturais. Vinte anos depois, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, constituiu-se num marco referencial do movimento ambientalista mundial. À época da Conferência do Rio, questões como poluição, efeito estufa, má gestão dos recursos naturais e mudanças climáticas globais já preocupavam o cidadão comum. O paradigma do desenvolvimento sustentável encontrou ressonância na

sociedade, que entendeu o consumismo perdulário e a exploração predatória dos recursos naturais como uma ameaça a qualidade de vida do planeta e à sobrevivência das gerações presentes e futuras. "O maior desafio de nossa época, como do próximo século, é salvar o planeta da destruição. Isso vai exigir uma mudança nos próprios fundamentos da civilização moderna o relacionamento dos seres humanos com a natureza". Gorbachev (apud Missão Terra: o resgate do planeta, 1994: 7).

Na ocasião, foram assinados acordos e compromissos globais visando promover um tipo de desenvolvimento que agregasse crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental. São Convenções sobre Mudanças Climáticas, Convenção sobre Biodiversidade, Declaração de Princípios para a Administração Sustentável das Florestas, Declaração do Rio e a Agenda 21 Global. Os documentos endossam o conceito de desenvolvimento sustentável, definido pelo Relatório Brundtland como aquele que "atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades".

Em síntese, conforme a Agenda 21 Brasileira, Ações Prioritárias (2002:9) o desenvolvimento sustentável visa a compatibilizar as necessidades de crescimento com a redução da pobreza e a conservação ambiental. Está fundamentado em quatro dimensões complementares à questão econômica: é a dimensão ética (que percebe o equilíbrio ecológico como determinante do futuro do planeta); a dimensão temporal (princípio de precaução que aponta a necessidade de planejar em longo prazo); a dimensão social (que considera a sociedade pluralista e menos desigual essencial para a construção do desenvolvimento sustentável) e a dimensão prática (que reconhece a necessidade de mudança de hábitos, comportamentos e padrões de consumo).

A Agenda 21 Global é considerada o resultado mais importante sobre o cuidado com a Terra. O documento tem como objetivo promover em escala planetária, um tipo de desenvolvimento que concilie os aspectos econômicos, sociais e ambientais e reverta o processo de insustentabilidade em vigor no mundo. Constitui-se num programa a ser implementado ao longo do século XXI pelos governos, em todos os níveis, com o apoio das ONG's e demais instituições e setores da sociedade civil organizada. "A verdadeira importância da Agenda 21 é que ela responsabiliza todos nós. Nenhum setor da sociedade vai fazê-la acontecer, nenhum país, nenhuma Organização das Nações Unidas. Cabe a nós! Banuri (apud Missão Terra o resgate do planeta, 1994:89)".

Entre os compromissos assumidos pela Agenda 21 Global, estava à elaboração das agendas de cada um dos países signatários. A construção da Agenda 21 Brasileira foi

iniciada pelo Ministério do Meio Ambiente em 1997. O processo de elaboração durou até 2001 e o documento final ficou pronto em 2002. A agenda brasileira contou com a colaboração de setores governamentais, ONG's, universidades e iniciativa privada, num processo de consulta pública que envolveu 40 mil pessoas de todos os setores da sociedade e o apoio de especialistas.

É importante observar que a Agenda 21 não é um plano de governo, mas um compromisso entre os diversos setores da sociedade brasileira, sobre o futuro que se deseja realizar no país. “Praticar a Agenda 21 pressupõe a tomada de consciência individual dos cidadãos sobre o papel ambiental, econômico, social e político que desempenham em sua comunidade. Exige, portanto a integração de toda a sociedade na construção desse futuro que desejamos ver realizado. Uma nova parceria, que induz a sociedade a compartilhar responsabilidades e decisões junto com os governos, permite maior sinergia em torno de um projeto nacional de desenvolvimento sustentável, ampliando as chances de implementação bem-sucedida”. (Agenda 21 Brasileira -Ações Prioritárias, 2002: 5).

A Agenda 21 foi estruturada em cinco dimensões de sustentabilidade, para as quais foram identificadas 21 linhas estratégicas, como demonstra a matriz-síntese abaixo (Agenda 21 Brasileira, Resultado da consulta nacional, 2002:13).

Quadro 01: Linhas estratégicas estruturadoras da Agenda 21 Brasileira, segundo diferentes dimensões da sustentabilidade.

Dimensões			Linhas estratégicas		
Geo-ambiental	Sustentável, conservação, e proteção dos recursos naturais.	Ordenamento territorial.	Manejo adequado dos resíduos, efluentes, das substâncias tóxicas e radioativas.	Manejo sustentável da biotecnologia	
Social	Medidas de redução das desigualdades sociais e de combate á pobreza	Proteção e promoção das condições de saúde humana e seguridade social	Promoção da educação e cultura, para a sustentabilidade.	Proteção e promoção dos grupos estratégicos da sociedade	
Econômica	Transformação produtiva e mudança dos padrões de consumo.	Inserção econômica competitiva.	Geração de emprego e renda, reforma-agrária e urbana.	Dinâmica demográfica e sustentabilidade	
Político-institucional.	Integração entre desenvolvimento e meio ambiente na tomada de decisões.	Descentralização para o desenvolvimento sustentável.	Democratização das decisões e fortalecimento do papel dos parceiros do desenvolvimento sustentável.	Cooperação coordenação e fortalecimento da ação institucional.	Instrumentos de regulação.
Da Informação e do conhecimento	Desenvolvimento tecnológico e cooperação, difusão e transferência de tecnologia.	Geração, absorção, adaptação e inovação do conhecimento.	Informação para tomada de decisão.	Promoção da capacitação e conscientização para a sustentabilidade.	

Fonte: Agenda 21.

Para nós que trabalhamos com o desenvolvimento do turismo sustentável, é interessante ressaltar que o turismo rural merece destaque entre as propostas de dimensão econômica vinculada a diversificação das atividades da pequena produção rural.

Citando a Agenda 21 Brasileira – Resultado da Consulta Nacional (2002: 19): “trata-se da multifuncionalidade, que vem ganhando importância em todo o mundo, com destaque para o agroturismo e o ecoturismo. Essas novas funções no meio rural serviriam como geradoras de emprego, ampliando as condições de vida de permanência das populações do campo”.

Nessa mesma direção, verifica-se que a participação da sociedade civil nos processos decisórios e a democratização das políticas de desenvolvimento, a partir da criação de conselhos e fóruns de consulta e de decisão, são outra questão que a Agenda aborda. Ela incentiva o fortalecimento dos setores organizados da sociedade, visando à construção do desenvolvimento sustentável.

## **1.9 - PENSAR GLOBALMENTE E AGIR LOCALMENTE**

Como já foi dito anteriormente, a implantação do desenvolvimento sustentável no país é um processo complexo. Todo o esforço na construção da Agenda 21 será em vão se as diretrizes, estratégias e propostas aprovadas não forem incorporadas ao Plano Plurianual e ao orçamento federal, e implementadas pelos governos estaduais e municipais. Essa recomendação também vale para as empresas e ONGS parceiras no desafio da construção de uma nova ordem, econômica, social e ambiental.

Para a implantação das agendas locais, necessita-se, novamente, a participação efetiva dos segmentos da sociedade visando formular um verdadeiro pacto social que reflita num modelo de gestão integrada de desenvolvimento local. Participar é visto como criar uma cultura de dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo, no qual a comunidade é parceira, é co-responsável permanente (Pontual, 1998, apud Gohn, 2001: 19).

No Brasil, o Programa Comunidade Ativa elegeu a metodologia do Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável DLIS como metodologia oficial para ser aplicada nos municípios pobres do país, numa parceria entre o governo e as comunidades (Agenda 21 Brasileira -Ações Prioritárias, 2002: 66). O DLIS é uma estratégia de fortalecimento do capital social e de indução ao desenvolvimento local. Está baseado na articulação do capital econômico, do capital humano, do capital social, da boa governança

e do capital natural. A seguir, uma breve descrição desses princípios (Paula, 2001 in Silveira e Reis, 2001: 141-143).

- Capital humano

São os conhecimentos e as habilidades da população. Investir em capital humano significa investir em educação, capacitação e profissionalização, como também em condições de saúde, saneamento, transporte, segurança.

- Capital social

Relaciona-se com a capacidade de organização social, confiança, cooperação e solidariedade. Muitas experiências comprovam que, quanto maior o capital social maior o crescimento econômico. “Quanto maior a capacidade das pessoas se associarem em torno de interesses comuns, ou seja, quanto maiores os indicadores de organização social, melhores as condições de desenvolvimento”. Por outro lado, quanto maior a desigualdade existente na localidade, maior a desconfiança e menor o capital social. Portanto, o capital social é considerado como o eixo principal do desenvolvimento social, econômico e político.

- Boa governança.

Relaciona-se com a capacidade gerencial da administração pública, com a participação da sociedade civil nos processos decisórios, com a garantia de representatividade, com a legitimidade e confiança no governo, com a cooperação e a transparência na prestação de contas. A implementação de uma boa governança significa dividir compromissos e responsabilidades, ouvir e respeitar a sociedade civil organizada e ter sensibilidade para as necessidades da população.

- Capital natural

Relaciona-se com o uso sustentável dos recursos naturais.

O DLIS (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável) construiu uma forma própria para planejar e promover o desenvolvimento de uma unidade territorial. Essa metodologia visa à mobilização da comunidade num fórum, do qual participam diferentes atores sociais. Na prática, é uma esfera pública ampliada (de um lado o estado, do outro o terceiro setor, as ONGS, os movimentos sociais, as entidades de classe). O método adotado permite que a

comunidade tome conhecimento e consciência dos problemas, dos recursos latentes e das possibilidades locais não aproveitadas. A partir disso, faz-se o planejamento participativo da localidade, envolvendo as esferas do governo e da comunidade.

A experiência participativa representa uma profunda mudança de postura, pensamento e atitude em direção à cidadania responsável. Todo esse movimento só foi possível graças a Constituição Federal de 1998, que estimulou a descentralização política e administrativa e motivou a participação da sociedade civil organizada nos processos decisórios, em especial nos âmbitos municipais e regionais. Na década de 90, por exemplo, foram criados diversos fóruns participativos como os comitês de Bacias Hidrográficas, de Desenvolvimento Rural Sustentável e do Orçamento Participativo. Gohn (2001: 43) sintetiza bem o significado de tudo isso: “os novos mecanismos participativos incluídos na governança local se baseiam no engajamento popular como recurso produtivo central: a participação dos indivíduos provê informações e diagnósticos sobre os problemas públicos, gerando conhecimentos e subsídios à elaboração de estratégias para a resolução dos problemas e conflitos envolvidos. A qualidade de participação pode ser mensurada pelo grau de informação (ou desinformação) contida nas opiniões dos participantes. Assim como os movimentos sociais dos anos 1970/1980, os novos experimentos participativos desempenham também papel educativo aos seus participantes; à medida que fornecem informações, os capacitam à tomada de decisões e desenvolvem uma sabedoria política. Eles contribuem para o desenvolvimento de competências e habilidades a partir das experiências que vivenciam. Nesse sentido, contribuem para o desenvolvimento político dos indivíduos”.

## 2. METODOLOGIA

### 2.1 ASPECTOS CONCEITUAIS

O conceito de desenvolvimento sustentável adotado na elaboração do trabalho correspondeu ao enunciado por Sergio Buarque:

...processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando no tempo (ao longo do tempo) e no espaço o crescimento e a eficiência econômica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações (Buarque, 1999, p.55).

Sachs (apud Mirannda et alí, 1999) destacou três elementos sob os quais deve basear -se o desenvolvimento sustentável:

A prudência ecológica significa poupar recursos naturais administrados com a preocupação de garantir a continuidade e a regularidade da atividade econômica e a qualidade do ambiente, condição para a qualidade de vida; eficiência econômica representa a capacidade de produzir mais e melhor com economia de recursos. Capital e trabalho, particularmente; e justiça social significa oportunidades semelhantes para a população. A democracia e a participação também são requeridas pelo referido tipo de desenvolvimento.

No planejamento do desenvolvimento sustentável a participação da sociedade civil na formulação e na gestão das políticas caracteriza-se como uma de suas estratégias fundamentais. Participar. Nesses termos é muito mais do que uma atitude momentânea de contribuir para a elaboração de um plano; trata-se de um processo mediante o qual as diversas camadas da sociedade tomam parte no planejamento e na gestão de planos, programas e projetos que se destinam à criação de riqueza, à oferta de serviços sociais e à melhoria das condições de vida da população, ou seja, a construção de um futuro desejável.

A participação popular é nessa concepção, um processo educativo e promotor do desenvolvimento. O planejamento estratégico nesse contexto é:

...uma ferramenta de trabalho utilizada para tomar decisões e organizar ações de forma lógica e racional de modo a garantir os melhores resultados e a realização dos objetivos de uma sociedade, com os menores custos e nos menores prazos possíveis (Buarque, 1999, p.69).

O planejamento estratégico é um processo, ao mesmo tempo técnico e político de formulação de ações para tomada de decisão e construção do futuro desejado. Buarque (1999, p.71) explica o referido processo a partir da obra de Matus (1996):

Técnico, porque ordenado e sistemático e porque deve utilizar instrumentos de organização, sistematização e hierarquização da realidade e das variáveis do processo e um esforço de produção e organização de informações sobre o objeto e os instrumentos de intervenção. Político porque toda decisão e definição de objetivos passam por interesses e negociações entre atores sociais.

## 2.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O Planejamento local e municipal aplica a subespaços os métodos e as técnicas de teoria e prática do planejamento governamental. Esses métodos e técnicas devem estar adaptados às concepções contemporâneas do planejamento, isto é: visão de longo prazo, abordagem sistêmica, tratamento multidisciplinar, negociação política e participação social. Os princípios gerais que devem guiar a atividade de planejamento foram assim definidos por Buarque (1999 p.81):

- 1- Combinação do tratamento técnico com o processo político de negociação dos atores;
- 2- Integração e valorização do processo e do produto. O processo refere-se à formulação, decisão, execução e avaliação realizada de forma coletiva a partir da conscientização social. O produto é o plano propriamente dito, isto é, instrumento de articulação da sociedade e da negociação estratégica;
- 3- Abordagem sistêmica entende a realidade como uma totalidade formada de subsistemas integrados com troca de restrições e influências em suas dimensões;
- 4- Visão estratégica combina visão de longo prazo com a consciência das limitações de meios e instrumentos (financeiros, humanos, tecnológicos e naturais).

O planejamento na visão estratégica deve fazer um esforço de seletividade, ou seja, não se deixar dominar pelas emergências e urgências, mas identificar na realidade os fatores e componentes mais relevantes e determinantes dos problemas e das

potencialidades que condicionam o futuro visto que as ações estratégicas concentram-se no que é relevante e determinante, preparando as ações estruturais Muras (Buarque, 1999, p.73).

As etapas do processo de planejamento são a seguir detalhadas: a) conhecimento da realidade, b) tomada de decisão, c) execução do plano, d) acompanhamento, controle e avaliação das ações. Essas etapas pressupõem: ciclo continuado, tratamento técnico e político nas quatro etapas, abordagem ascendente e descendente. A primeira etapa, o conhecimento da realidade pressupõe:

- 1) A delimitação e apreensão do objeto, ou seja, o estabelecimento do limite físico, geográfico e institucional da área que se pretende planejar e;
- 2) O diagnóstico consiste na compreensão da realidade atual do município e dos fatores internos (problemas e potencialidades) e externos (oportunidades e ameaças) que estão interferindo no município e;
- 3) O prognóstico, busca antecipar possíveis desdobramentos futuros da realidade e do contexto.

O diagnóstico deve responder a quatro principais questões: Em que situação está? Como e porque chegamos até esta situação? O que está acontecendo e amadurecendo no município? O que está acontecendo e amadurecendo no contexto externo ao município.

Assim, o diagnóstico exige a consecução de três tarefas:

- a) Levantamento técnico sobre o objeto e o contexto, ressaltando problemas e potencialidades endógenas mais significativas;
- b) Levantamento da visão da sociedade sobre os problemas e potencialidades e;
- c) Confronto da visão técnica e política.

O prognóstico visa compreender o futuro provável do município considerando-se as tendências atuais. Deve responder as seguintes perguntas: Onde estamos situados e para onde estamos indo? Quais as oportunidades que o contexto oferece para o desenvolvimento

futuro? Quais os fatores externos que podem constituir ameaças ao desenvolvimento futuro?

Essa atividade deve se desagregar em três subatividades: a) alternativas futuras do contexto, devem ser expressas em um conjunto de oportunidades e ameaças exógenas; b) futuros prováveis do município, expressão do cruzamento de determinantes exógenas com condicionantes endógenos e c) futuro desejado do município, devem combinar as vontades com as possibilidades.

A tomada de decisão dos atores sociais deve considerar o futuro desejado. Esses atores devem tomar decisões no sentido de definir os objetivos que pretendem perseguir. No que se refere à formulação das opções estratégicas, a estratégia é um conjunto selecionado de ações convergentes e articuladas capazes de transformar a realidade de modo a construir o futuro desejado, viabilizar os objetivos e metas definidos pela sociedade. Essas ações devem ser apresentadas como grandes blocos articulados e integrados de ações -opções estratégica a serem desagregadas depois em programas e projetos específicos por setores ou dimensões da realidade.

Essa atividade pode ser dividida em três sub atividades, combinando tratamento técnico e formulação dos atores sociais: a) análise técnica de interação entre as oportunidades e ameaças exógenas e os problemas e potencialidades endógenas, b) consulta à sociedade sobre as grandes prioridades estratégicas e as demandas centrais, c) confronto da visão técnica com as aspirações sociais.

A execução do plano consiste na elaboração dos programas e das políticas prioritárias, ou seja, visa desagregar as opções estratégicas em um conjunto detalhado e desagregado de programas, políticas e projetos específicos por setores ou dimensões da realidade.

Finalmente, o acompanhamento, o controle e a avaliação devem ser precedidos do modelo de gestão, que é o sistema institucional e a arquitetura organizacional necessários para implementar a estratégia e o plano de desenvolvimento local. O modelo de gestão decorre das ações definidas pela dimensão político-institucional. O sistema deve estruturar e distribuir responsabilidades dos agentes e dos atores pela execução das diversas tarefas em uma matriz institucional.

É necessário, assim, que nas etapas de formulação do diagnóstico, bem como nas de elaboração das estratégias, dos programas e projetos e do modelo de gestão, os atores sociais estejam delas participando seja diretamente com a equipe de técnicos, seja na troca de percepções e visões que preparem e fundamentem as decisões. Compreende-se que para

as aspirações e interesses das comunidades serem consideradas efetivas e representativas, consoantes com a lógica do processo de desenvolvimento sustentável, o trabalho deve ser conduzido de forma participativa e democrática, ampliando a mobilização dos atores e segmentos sociais a serem envolvidos na pesquisa que será realizada.

### **2.3 TIPOLOGIA DA PESQUISA**

A pesquisa desenvolvida teve um caráter descritivo, pois segundo Salvador (1980, p. 16) o interesse foi descrever um fato ou fenômeno, com um levantamento das características conhecidas componentes do fato, fenômeno, e problema.

A pesquisa descritiva foi planejada para permitir um tratamento de associação ou correlação entre as variáveis incluídas.

O estudo do Diagnóstico abordou também uma metodologia de pesquisa bibliográfica, exploratória e de campo.

Tratou-se assim de atingir os objetivos relativos a esse estudo descritivo.

A caracterização e análise dos principais aspectos sócio-econômicos e turísticos dizem respeito a RA VII, procurando ressaltar seus aspectos relevantes.

Para coleta de dados secundários foi utilizado o Inventário e Diagnóstico Turístico da Região Administrativa do Paranoá – RA – VII, produzido pela equipe técnica administrativa do Governo do Distrito Federal - Administrativa Regional do Paranoá, coordenado por Tânia Capra, no ano período de fevereiro de 2002 a maio de 2003. Toda a literatura consultada encontra-se citado nas referencias bibliográfica;

### **2.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA**

Segundo Lakatos (1997, p.30), deve limitar-se o campo da investigação e os fatores. Os limites são:

- Limites que se referem ao objeto da pesquisa: escolher o maior número de variáveis da pesquisa seja ela exploratória;
- Limites do campo da pesquisa: determinar o espaço para ser investigado, ou seja, delimitar, num tempo, num local ou território.

- Limites do nível da pesquisa: sejam elas exploratórias, descritivas, históricas, experimentais: o trabalho desenvolvido foi realizado pela própria pesquisadora.

O trabalho foi desenvolvido na Região administrativa do Paranoá localiza-se no Distrito Federal ao norte de Brasília. Esta região ocupa uma importante área do Distrito Federal, possui condições naturais favoráveis de clima, solo, e água, que se explorados adequadamente, poderão proporcionar resultados positivos dentro de uma política de planejamento sustentável. A pesquisa foi realizada, durante 03 (três) meses, de novembro de 2003 a janeiro de 2004.

## **2.5 ÁREA DE ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA**

A Região Administrativa do Paranoá foi criada em 10.12.64, pelo Decreto nº 4.545/64, ratificado pela Lei nº 049/89 tem uma população de 54.928 habitantes. A região ocupa uma área de 851,94 km<sup>2</sup>, com uma densidade demográfica de 64,49 hab/km<sup>2</sup>.

A RA VII do Paranoá conta com 100% da população servida com água potável, esgoto sanitário e energia elétrica, numa rede de 1.514,24 km de eletrificação, atendendo a 6.851 ligações domiciliares, comerciais, industriais e públicas; 90% da população beneficiada com a rede de águas pluviais; 82,38%, atendida com a rede de iluminação pública; 92% das vias asfaltadas.

O valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas é de R\$ 674,06 (seiscentos e setenta e quatro reais e seis centavos), de acordo com o censo demográfico IBGE 2000. A Região Administrativa do Paranoá limita-se ao norte com as Regiões Administrativas de Planaltina e Sobradinho, ao sul e ao leste com o estado de Goiás e a Oeste com o Plano Piloto.

### **2.5.1 NOME OU DENOMINAÇÃO SOCIAL**

Região Administrativa do Paranoá (RA-VII).

Administrador: Valfredo Perfeito.

### **2.5.2 CHEFE DE GABINETE**

DAVISON MACHADO DE MORAES

Endereço: Área Especial Lote 01- Praça Central CEP: 71.570-000- Paranoá –DF.

Fone (061) 369-1213 369-1800 -Fax: 369-010.

### **2.5.3 LOCALIZAÇÃO E ACESSO**

A Região administrativa do Paranoá localiza-se no Distrito Federal ao norte de Brasília, situada às margens do lago Paranoá estando a 20 km da Rodoviária do Plano Piloto.

Saindo da Rodoviária existem três vias de acesso sendo elas pavimentadas e em boas condições de tráfego.

- Primeira Via de Acesso

Eixo Sul Ponte Costa e Silva, Lago Sul (DF 025), (DF 001) Barragem do Paranoá ou trecho da (DF 005 EPPR).

- Segunda Via de Acesso

Eixo Monumental, Praça dos Três poderes, ponte JK, Lago Sul (DF-025), (DF-001) Barragem do Paranoá ou trecho da (DF-005 EPPR).

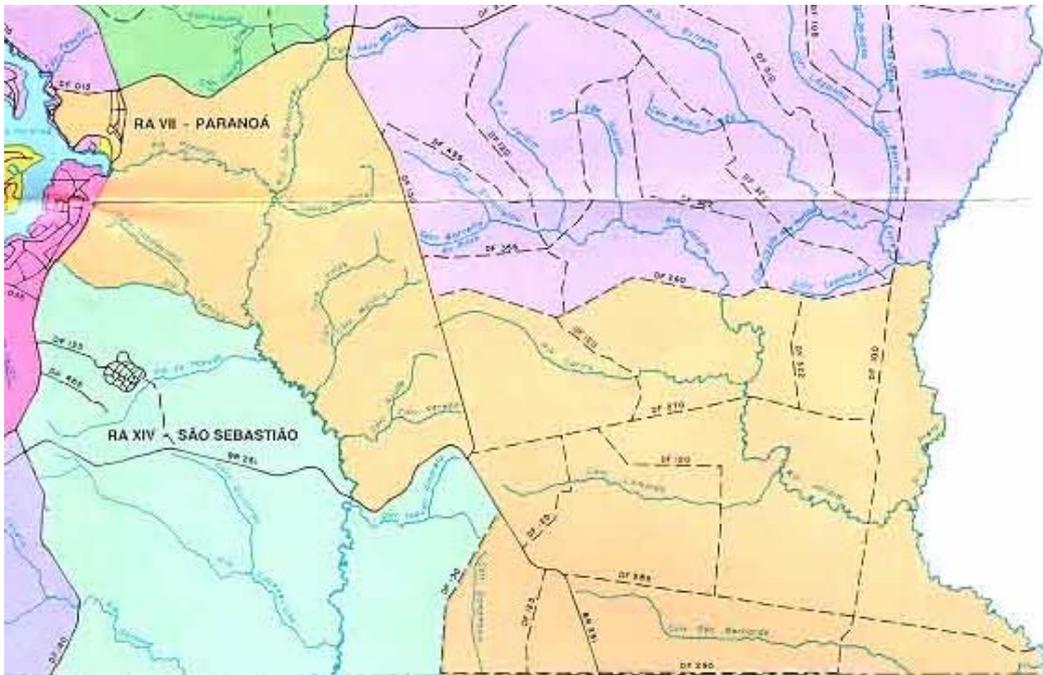
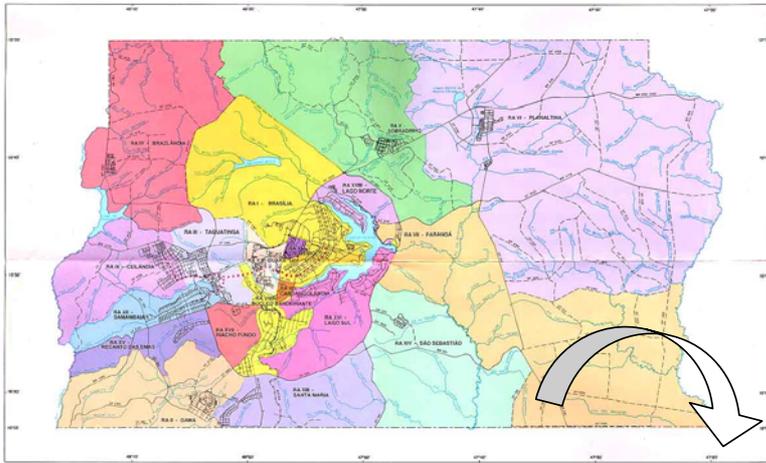
- Terceira Via de Acesso

Eixo Norte, Ponte do Bragueto, Lago Norte, Varjão, (DF-005 EPPR) OU (DF -015 EPTM).

### **2.5.4 ÁREAS E LIMITES**

Limites Norte: DF-015; DF-250; DF-130; DF-260; DF-100; Ribeirão Extremo Sul: Paralelo 16°03' S. Ao leste: Rio Preto a oeste: DF-130; BR-251; rio São Bartolomeu; ribeirão Taboca; DF-001. Conta com uma área urbana: 2,84 km<sup>2</sup>, rural: 850,49 km<sup>2</sup> tendo uma área total: 853,33 km<sup>2</sup>. O Percentual da área do Paranoá em relação ao Distrito Federal - 14,74%.

FIGURA -01 MAPA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA VII - PARANOÁ



### 3. PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL DA RA VII DO PARANOÁ NO DF

O desenvolvimento sustentável parte de uma base ética e requer a solidariedade social. Há a necessidade de subordinação da dinâmica econômica aos interesses da sociedade e às condições do meio ambiente. Cria-se neste sentido, duas solidariedades: uma, sincrônica, para com a geração à qual se pertence, e outra, diacrônica, para com as gerações futuras (Sachs, 1990). Esta se traduz, em primeiro lugar, na *solidariedade intergerações*, de tal modo que o bem estar das gerações atuais não pode comprometer as oportunidades e necessidades futuras. Ao mesmo tempo, pressupõe uma *solidariedade intrageração*, segundo a qual o bem estar de uma minoria não pode ser construído em detrimento da maioria (oportunidades desiguais na geração atual) (Buarque, 1999, p.77).

O desenvolvimento sustentável se baseia, do ponto de vista teórico (Odum, 1980, p. 46):

Numa visão holística da realidade complexa e numa abordagem sistêmica da totalidade. Assim, o desenvolvimento seria a resultante de uma transformação da realidade como uma unidade formada de elementos que compõem subsistemas integrados com relações de restrições ou constrangimentos e mecanismos de regulação e controle: economia, sociedade e ecologia são subsistemas da totalidade complexa, constituindo uma identidade integrada e organizada cada um definindo os limites e condicionantes dos outros.

Esse conceito encerra de imediato a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e integradora das diversas dimensões da realidade, como a econômica, a sociocultural, a ambiental, a científica e tecnológica e a político institucional que servirão de orientação para a estruturação da presente proposta. Essas dimensões podem ser agrupadas de forma variável. Guimarães (1995, p. 125), distingue quatro dimensões da sustentabilidade: a dimensão ecológica, a ambiental, a social e a política. que foram apresentadas anteriormente.

A sustentabilidade ecológica contempla a base física dos recursos naturais, incorporadas às atividades produtivas.

*A sustentabilidade ambiental* se relaciona com a manutenção da capacidade de sustentabilidade dos ecossistemas, ou seja, a capacidade da natureza para absorver e se recompor das agressões entrópicas.

*A sustentabilidade social* visa melhorar a qualidade de vida da população. Baseia-se na justiça distributiva, ou seja, na universalização da cobertura para políticas sociais como as de educação, saúde, habitação e seguro social. A discriminação positiva pode favorecer os estratos excluídos em detrimento do avanço dos já incluídos. Esse tipo de sustentabilidade contempla o desenvolvimento da infra-estrutura de produção (energia, estradas, irrigação) e prioriza os equipamentos de uso coletivo (escolas, postos de saúde, habitação), além de políticas distributivas (do centro para a periferia). O citado autor recomenda política econômica de incentivo ao mercado nacional, e prioridade à agropecuária e a pequena e média empresa, entre outros.

*A sustentabilidade política* por sua vez, guarda estreito vínculo com a construção da cidadania, ou seja, a incorporação dos cidadãos ao processo de desenvolvimento mediante a construção de uma esfera pública. Esse processo exige tratamento político, o que só é passível de acontecer mediante o estabelecimento de alianças e acordos entre grupos sociais com vistas à tomada de decisão. Isso pressupõe de um lado, o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias, a redistribuição dos recursos e da informação para os setores subordinados, o aumento da capacidade de análise de suas organizações, e a capacitação para a tomada de decisão. De outro lado, a abertura do aparato estatal para o controle do cidadão, a re-atualização dos partidos políticos e dos processos eleitorais, e pela incorporação do conceito de responsabilidade política na atividade pública. (Guimarães, 1995, p. 130).

Um programa de gestão planejado e implementado corretamente pode servir para melhorar a competitividade de uma localidade turística. Por outro lado, para que o produto turístico seja cada vez mais competitivo, é necessário adaptá-lo às necessidades do mercado, o que implica eficiência na execução de programas de desenvolvimento sustentável.

Apresento abaixo uma proposta de desenvolvimento turístico sustentável com base no estudo do referencial teórico do turismo rural e do diagnóstico da Região Administrativa do Paranoá RA VII nas regiões visitadas que segue em anexo.

### 3.1 INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA

É o levantamento do conjunto de recursos turísticos de uma determinada região, visando a correta ordenação e a exploração do território, de forma a otimizar a utilização de seus recursos naturais e da oferta turística em geral.

#### 3.1.1 ATRATIVOS NATURAIS

- Recursos Hídricos

O Paranoá é abastecido pelos córregos Cachoeirinha e Taquari. A montante da Barragem (águas mais altas que convergem para dentro da Barragem) vale a pena citar os Ribeirões: do Torto, do Gama e Bananal; Córregos: Urubu, Palha, Taquari, Cabeça de Veado e Roncador. A jusante da Barragem (águas liberadas abaixo da Barragem) Rios: Paranoá, São Bartolomeu, Jardim. Córregos: Indaiá, Capão da Erva, Capão da Onça, Taboquinha, Cachoeirinha, Barreiro do Mato<sup>6</sup>.

- Vegetação

A vegetação é constituída de cerrado *lato sensu*, mata ciliar e reflorestamento com *Pinos spp* e *Eucaliptos spp*, sobre a chapada, parte da encosta e suave.

- Solo

A APA (Área de Proteção Ambiental), ocupa terrenos da Chapada da Contagem e da Chapada de Brasília, basicamente constituída de latossolos, além dos terrenos das encostas constituídas de cambissolos no Lago Norte. Os solos heteromórficos e aluviões ocorrem nos estuários dos córregos tributários do Lago Paranoá.

- Fauna

A Barragem foi constituída sobre a antiga Cachoeirinha do Paranoá que, por sua altura, era uma importante barreira para a dispersão da fauna aquática determinando um longo período de isolamento das comunidades de peixes do alto Rio Paranoá.

---

<sup>6</sup> MAPA Ambiental DF-92 e MAPA DF político rodoviário -94.

A fauna nativa da bacia do rio Paranoá é formada principalmente por peixes de escamas e de couro, charutinhos, lambaris e o Pira-Brasília.

- **Hepertofauna**

A hepertofauna da área do Lago Paranoá é bastante diversa e representativa. As principais causas desta diversidade são a presença de diferentes tipos de vegetação e aproximadamente do Lago Paranoá com importantes áreas de preservação ambiental do Distrito Federal.

São conhecidas na área do Lago Paranoá 18 espécies de anfíbios, 13 de lagartos, 3 de cobra-de-duas-cabeças, 33 de serpentes, 2 de jacarés e 5 de tartarugas, totalizando 74 espécies.

*Anfíbios*

Cobra-cega, sapos, cururus, pererecas e rãs;

*Cobra-de-duas-cabeças*

*Arnphisbaena Alba* (espécie mais comum)

*Jacaré*

Jacaré-tinga e jacaré-coroa

*Lagartos*

Calango Verde, Calango-de-muro, largatixa-de-parede, calango, calanguinho, bicho preguiça, lagarto do cerrado e lagarto fossorio (espécie rara).

*Serpente*

Jibóias, sucuris, jararacas, cascavel, coral verdadeiro, corais-falsos, boipera ou achatadeira, jaracuçu-do-brejo, cipós, muçuranas e a dormideira, também estão presentes na área do Lago Paranoá.

*Tartarugas*

Cágado-de-barbicha, cágado-de-vanderhaege, tartarugas-de-orelha-vermelha, e o tigre-d'água são espécies exóticas comercializadas ilegalmente sendo introduzidas no lago e afluentes.

- **Avifauna**

O Distrito Federal possui atualmente 451 espécies de aves, algumas espécies podem ser avistadas mais comumente nos jardins e pomares existentes em casas ou chácaras, na região do entorno do lago.

Outras, porém só podem ser avistadas em áreas mais preservadas, como os cerrados e matas na região, entre a Ermida Dom Bosco e a Barragem, no centro olímpico da UNB, ou, ainda, nas matas de galeria circundantes dos córregos que deságuam no lago.

Aves encontradas: garça-branca-grande, garça-branc, a-pequena, o biguá, o guaicuru, águia-pescadora, martim-pescador-grande ou matraca, marreca de pé vermelho, marreca irerê, garça faceira, curicaca, gavião carijó, carcará, gavião-pinhé e corujá-buraqueira.

- Mastofauna

A mastofauna é representada pelo grupo de mamíferos, estudos feitos foram apontados três categorias:

*Comunidade do Lago Paranoá*

Semi-aquáticos, lontra, capivara, cuíca-d'água, o rato-d'água e o morcego pescador.

*Comunidade das margens*

Mico-estrela, coem ou sagui, gambá de orelha branca, morcegos beija flor, morcegos insetívoros, camundongos, ratazanas.

*Comunidades Naturais Adjacentes*

Tatus, o coelho silvestre, ratinhos silvestres, variedade de morcegos, tamanduá bandeira, tamanduá mirim, cutia, cachorro-do-mato e gato do mato pequeno.

### 3.1.2 ATRATIVOS ARTIFICIAIS

- Barragem do Paranoá

A Barragem é de terra, com núcleo de argila, enrrocamento no talude de montanha e grama no talude de jusante. Sua extensão é de 630m (600m em terra e 30m em concreto). A altura é de 48m, com o nível altimétrico da crista de 1.004,3m.

A tomada d'água situa-se no corpo da barragem. É única. Possui uma comporta de serviço e uma manutenção (*stop-log*)<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Dispositivo que altera o percurso d'água.

Na tomada d'água existem grades de proteção que funcionam como grades filtros. A adutora foi fabricada pela Companhia Mecânica Brasileira. É composta por um trecho em rocha e por um trecho em conduto forçado. A extensão do conduto forçado é de 2.000m, a espessura é de 10mm, o diâmetro é de 3m e a queda é de 105m (da tomada d'água até o caracol da turbina). Compõe a adutora, uma chaminé de equilíbrio, responsável pela neutralização do golpe de aríete.

O vertedouro possui três comportas de serviço do tipo segmentos (setor), localizados na superfície. Tem também três comportas de manutenção (*stop-log*). A dimensão de cada comporta de serviço é de 9,4m de comprimento por 7,5cm de altura. O acionamento das comportas de serviço é mecânico-motorizado (motor/corrente). A abertura máxima é de 2,5m por comporta. A vazão máxima total (nas três comportas) é de 450m<sup>3</sup>/s. no final da pista do vertido situa-se a bacia da dissipação do tipo salto de esquí com dente de dissipação.

Desde seu enchimento, foram constatadas infiltrações na ombreira direta. A manutenção torna-se necessária com acompanhamentos constantes, através das medições mensais das vazões dos drenos e dos níveis piezométricos da percolação, além de inspeções visuais diárias. Periodicamente, especialistas realizam uma avaliação mais acurada da barragem, quando são propostas medidas de conservação, recuperação e melhorias no sistema de drenagem das vazões percoladas.

Devido à presença do óxido de ferro no solo da região, esse sistema é periodicamente colmatado.

Além desses cuidados, anualmente, equipes de mergulho desobstruem a grade de tomada da barragem, com a retirada de galhadas, materiais plásticos e outros elementos que podem comprometer o bom funcionamento da usina.

A conservação dos taludes é muito onerosa, em face da total inserção da barragem no contexto urbano. O talude de jusante, cuja área de 27.000m<sup>2</sup> é equivalente a cinco campos de futebol, e com a dificuldade da conservação de gramados em planos inclinados, acaba sendo tomado por outras espécies vegetais, em detrimento da sua estética e segurança.

O talude de montante tem seu enrocamento recomposto periodicamente porque os moradores da região costumam utilizar suas pedras em construções. Na tentativa de conservar melhor o talude foram construídos cercas e alambrados em toda a barragem.

- Lago Paranoá

Lago Paranoá este roteiro é um ótimo produto, deve, porém receber uma formatação, com identificação da paisagem que o circunda, e interpretação, que gere elementos de atração do público e componente do plano de marketing;

A sub-bacia do Lago Paranoá ocupa uma área de 288,69 km<sup>2</sup> funcionando como bacia de captação dos principais cursos d'água que drenam o sítio urbano da cidade de Brasília. As unidades lacustres, integrantes de destaque na paisagem da Bacia do Rio Paranoá, resultam de uma antiga depressão inundada, que foi reorganizada pelo planejamento para a instalação da cidade.

O Lago Paranoá foi formado a partir do fechamento da barragem do Rio Paranoá, no ano de 1959, represando águas do Riacho Fundo, do Ribeirão do Gama e do córrego Cabeça de Veado, ao sul, e do Ribeirão do Torto e do Córrego do Bananal, ao norte, além de outros pequenos tributários que alimentavam as belas cachoeiras que desciam rumo do rio São Bartolomeu.

Foram necessárias duas temporadas de chuvas para que as águas do lago atingissem a cota de 1000m acima do nível do mar. Desde então, ao Lago Paranoá passou a cumprir o seu destino, de embelezamento da Nova Capital, criando um microclima ao seu redor e oferecendo alternativas de fazer e recreação para a população, transformando-se no mais belo monumento da escala bucólica da cidade.

Além contar com as contribuições dos afluentes principais, o lago recebe águas de drenagem pluviais urbanas e dos afluentes das duas estações de tratamentos de esgotos, a ETE<sup>8</sup> Sul e a ETE Norte.

- Características Gerais do Lago Paranoá

O Lago Paranoá está contido em uma bacia de drenagem de 1034,07 km<sup>2</sup>, possuindo uma área superficial de 37,50 km<sup>2</sup>, com um volume total: 498x10m. Sua profundidade mede na máxima: 38m na profundidade média: 12,42m e o seu perímetro: 111,87km. O seu comprimento mede 40 km e a sua largura máxima mede de 5m. A vazão média efluente dos principais cursos d'água mede 11,29 m<sup>3</sup>/s, já a vazão média afluyente mede 19,80 m<sup>3</sup>/s e o seu tempo de retenção fica em torno de 299 dias.

---

<sup>8</sup> ETA : Estação de Tratamento de Esgoto

- Parque Urbano do Paranoá - Edificações do local

*Antigo Posto de Saúde*

Construção em chapa de metal pintando, existe um orelhão, tem segurança permanente, hoje funciona como depósito para vacinas com 30 freezer, o local é cercado com alambrados.

*Instituto Aprender Centro Terapêutico*

Atendimento para a comunidade carente o prédio foi derrubado e reconstruído em alvenaria. Especialidade: fonoaudióloga, psicologia, psicomotricidade, psicopedagogia, pedagogia recuperativa.

*Galpões A e B:*

A:

Cozinha industrial, refeitório, dispensa, utensílios domésticos (pratos, panelas, talheres, etc.) cadeiras e mesas em pequenas quantidades; 01 sala do guarda (vigilância);

Sala para cursos de dependência química e 2 banheiros Femininos e Masculinos (somente um em funcionamento);

Duas salas de pedagogia, onde são ministrados cursos pedagógicos para professores da Fundação Educacional; Sala de cursos para deficientes especiais;

Auditório para 50 pessoas com cadeiras.

B

Almoxarifado para a administração do parque

Salão pequeno para festas;

Salão grande 20x30 (multiuso);

Play ground, três campos; vôlei, futsal e futebol de areia;

Administração do Parque funciona no antigo prédio da Polícia Florestal;

Um chafariz;

Cinco chuveiros (somente um em funcionamento).

### *Igreja*

Em madeira, escadaria de cimento grosso, sacristia em adobe, semepintura. A Igreja é patrimônio tombado (Igreja São Geraldo).

Existem no parque 1.800 pés de mangueiras, 300 pés de abacateiros, 300 pés de jaqueiras deixado pelos antigos moradores, há também pequizeiros nativos do cerrado, algumas árvores e plantadas ornamentais plantadas após as mudanças da vila (reflorestamento do parque), jacarandá, sibipiruna, aroeira, pau d'óleo, unha-debrucha, carvoeira, avenca, beijo, coração magoado, lírios e dalias.

A área do parque é de 39 ha, com 6.500m de trilha pavimentada sendo 3.500m de via pavimentada para veículos e bicicletas, 250 postes de iluminação, não existe sinalização Interna.

### *Entrada Principal*

Portal rústico, a visibilidade do nome do parque não é boa, não existe sinalização externa indicando o parque, existem apenas duas manilhas pintadas servindo de adorno na entrada, o parque é todo cercado com alambrados.

Horário de Funcionamento: aberto 24 horas pra pedestres, para circulação de veículos das 6 às 22 horas.

A segurança é feita pela Polícia Militar com rondas de 40 em 40 minutos. Dois seguranças, da Empresa Fiança, fazem ronda 24 horas por dia.

### **3.1.3 PAISAGEM CÊNICA**

Mesmo a olho nu, é possível verificar a acentuada mudança das paisagens no nosso cerrado e na RA VII do Paranoá nos últimos anos. Para observadores da natureza, ou os mais interessados, não é difícil associá-la à crescente escassez de espécies de animais e plantas do nosso cerrado.

A RA VII do Paranoá é contem paisagens naturais. Nela encontramos também diferentes tipos de culturas e de grupos sociais que a habitam e a utilizam. Essa região é um laboratório vivo de aprendizado. No entanto, a ocupação e o uso descuidados dos recursos naturais, invasões desordenadas, têm levado a danos irreparáveis.

Entre os observadores da ecologia, o estudo das paisagens vem crescendo em popularidade, porque fornece uma visão integrada do meio ambiente e de seus personagens. “Longe de ser um conceito que valoriza apenas a beleza superficial de áreas,

o estudo de paisagens leva em consideração a natureza como um todo”, explica Cláudio Maretti, coordenador do programa de áreas protegidas do WWF-Brasil. Estudioso do assunto e especialista em áreas protegidas e planejamento regional, Maretti define a paisagem como “um habitat segundo a visão de um ator social. Ou seja, a paisagem depende de quem a olha”, diz ele.

“A partir dessa noção, não é mais possível simplesmente identificar espécies isoladamente. E a partir delas construir os modelos de proteção. É preciso trabalhar numa área mais ampla, com a paisagem”, disse Maretti. Ele explicou que a chamada unidade de conservação trata-se justamente de uma área na qual é fundamental que o conjunto seja integrado à paisagem e representativo da diversidade específica e ecossistêmica.

E, assim estimula o desenvolvimento regional, possibilita à recreação em contato com a natureza, ultimamente conhecido por turismo ecológico. A proposta continua sendo a de conservar os ecossistemas através das áreas protegidas, sejam parques nacionais, reservas biológicas, extrativistas ou de desenvolvimento sustentável.

Essa forma de proteção só será viável se outras parcelas da sociedade contemplarem a sua existência como parte da solução para a equação ambiental e social. Na perspectiva dos grupos sociais, a paisagem é importante, pois ela serve de mediador entre os indivíduos, as culturas e os ambientes.

Trata-se de um elemento muito significativo, que pode ser trabalhado compondo as trilhas existentes, roteiros e a paisagem como toda (ARIE).

#### *Trilhas*

As trilhas devem receber um tratamento interpretativo para não caírem na monotonia. Todo o conteúdo de seus recursos pode ser repassado aos visitantes da forma criativa e agradável. A animação teatral contextualizada com o meio ambiente e a história da região é uma prática muito interessante e que está se tomando um sucesso em vários estados brasileiros, a exemplo de outros países, como a Inglaterra, os Estados Unidos e a França. Como o caráter destas trilhas é interpretativo, a sinalização é um ponto forte. Esta sinalização pode seguir os seguintes padrões:

- Placas de direção: com o nome da trilha, seu percurso e os atrativos que serão vistos. Estas placas direcionam os roteiros;
- Placas indicativas: dispostas ao longo da trilha, apresentando cada atrativo, como o cerrado, fauna e flora;

- Placas educativas: que têm o objetivo de conscientização ambiental. Sugere-se a elaboração de um auto guia contendo todas as trilhas e seus roteiros, valorizando os recursos naturais e históricos e culturais;
- Roteiro da Flora: neste roteiro os visitantes têm a oportunidade de conhecer a ora local. É realizada a interpretação da flora de um ambiente escolhido, sob ma metodologia que considera os aspectos históricos da flora, a família a que pertence, seu nome popular, os usos, a beleza cênica e sua relação com a paisagem. Este roteiro pode ter duração de um dia. No caso de ecoturista, mais de um dia, se o visitante for um turista de um dia. Se o visitante for uma visita de estudos, algumas horas se o turista for de aventura, pois neste último fará parte de um roteiro específico. Um bonito guia das diferentes espécies da ora é um excelente produto;
- Roteiro de observação de aves: existem espécies de aves, que são de interesse de estudiosos e aficionados observadores. Deve-se elaborar um catálogo com excelentes fotos, textos e divulgar este catálogo em operadoras, hotéis e o trade turístico de diferentes localidades que enviam ecoturista para o mundo.

### **3.1.4 ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS**

O Turismo Rural, além do comprometimento com as atividades agropecuárias, caracteriza-se pela valorização do patrimônio cultural, histórico e natural como elementos da oferta turística no meio rural. Assim, os empreendedores, na definição de seus produtos de Turismo Rural, devem contemplar com a maior autenticidade possível os fatores culturais, históricos por meio do resgate das manifestações e práticas regionais (como o folclore, os trabalhos manuais, os “causos”, a gastronomia), e primar pela conservação do ambiente natural.

Toda a região do Planalto Central é rica em elementos históricos, seja da época da construção de Brasília, ou mesmo de época anteriores. Necessita maiores estudos para a formatação deste tipo de produto. Fica como sugestão um roteiro que a Missão Cruls fez para a demarcação das terras para a construção de Brasília.

A Vila Paranoá originou-se do acampamento de obras construído em 1957, cuja finalidade era alojar os trabalhadores que vieram construir a barragem formadora do Lago Paranoá. Após o término da construção, em 1960, permitiu-se que vários trabalhadores permanecessem no local. Com a chegada constante de novos imigrantes a vila cresceu

desordenadamente, levando o Governo do GDF a criar o Núcleo Urbano, numa área próxima à antiga vila. No novo núcleo foram instaladas as famílias pioneiras, que viviam na Vila Paranoá e os moradores de diversas invasões, que para lá foram transferidos e fixados.

O acampamento foi montado pela NOVACAP, para abrigar os operários e engenheiros das empresas construtoras. Relatos dos antigos operários indicam que o primeiro acampamento foi montado na área que hoje está inundada pelo lago.

Posteriormente, à medida que as obras da barragem avançavam, foi necessário transferir o acampamento para uma cota mais alta, local que, ficou conhecido como Vila Paranoá, e que deu origem à cidade do Paranoá que hoje conhecemos.

A estrutura do acampamento do Paranoá segue modelo adotado de segmentação, conforme a especialização do trabalho. Havia casas para os engenheiros e suas famílias, casas para os mestres de obras e instalações para os operários, cuja vinda das famílias não era incentivada. O controle sobre a vinda das famílias dos operários não foi tão efetivo, o que pode ser verificado no grande número de vilas, como do Sapo, Parafuso, Piauí, dos Mineiros, formadas ao redor do acampamento das famílias dos operários solteiros e mão de obra prestadora de pequenos serviços.

Após a inauguração de Brasília, momento em que o grande canteiro de obras é transformado em capital federal, as vilas até então toleradas e os acampamentos de construtoras, localidades que aglutinavam indivíduos próximos aos locais de trabalho, passam a ser vistos como invasões a serem erradicadas. No caso dos acampamentos, alguns como a Vila Planalto, têm a estrutura reduzida.

No Paranoá, com a conclusão definitiva das obras da barragem e da usina, as construtoras retiram-se do acampamento, que passa a ser ocupado pelos operários e suas famílias, e pelos moradores das vilas ao redor. A saída das companhias implica retirada de algumas edificações que marcavam organização e a rigidez do acampamento original. Por outro lado, possibilita a configuração de uma estrutura em que se reforçam os laços de vizinhança. Data deste período da construção da Igreja São Geraldo.

Ao longo dos anos, agregou-se a estrutura do antigo acampamento para os novos moradores que, à semelhança dos trabalhadores que chegaram no período de 1956 -1960 vêm para a capital federal em busca de alternativas de vida. Entre as décadas de 60 a 70, a população da Vila Paranoá mantém-se em torno de 1000 habitantes. Em meados de 70 dentro do contexto de oferta de habitações populares do DF, ocorre um grande

crescimento, que quase a triplica a população da vila sem que, no entanto, ocorra uma ampliação da área ocupada.

Na década de 80, acontece um novo inchaço populacional, quando se deslocam populações que viam a Vila Paranoá como alternativa barata para falta de moradias. Em 1985, a área contava com aproximadamente 25 mil habitantes e era considerada uma das grandes favelas do DF. Com o aumento da população, ampliam-se os problemas relacionados à infra-estrutura. O abastecimento era insuficiente, não existia urbanização, as moradias e redes de luz eram precárias.

Em 1988 é decretada a fixação do Paranoá. O projeto propunha o assentamento do Paranoá no local original, preservando-se, a estrutura urbana consolidadas ao longo dos anos. A impossibilidade de assentar o grande número de moradores na área original, o alto custo das obras de infra-estrutura, e a possibilidade de contaminação da água do lago, devido à proximidade do assentamento, foram alguns dos argumentos que levaram a fixação da população em área contígua, o que ocorreu a partir de 1989.

A vila Paranoá foi desmontada da noite para o dia e dela só restaram as árvores plantadas pelos moradores ao longo dos anos, algumas edificações que abrigavam instituições de assistência aos moradores e a Igreja São Geraldo, construída em 1957, sendo a Segunda igreja mais antiga do Distrito Federal e, durante 34 anos, a única do Paranoá.

A igreja reconhecida como um marco histórico para a memória e testemunho da construção de Brasília, foi uma antiga reivindicação da comunidade que vivenciou esse período da nossa história. No final dos anos 70, a construção inicial sofreu acréscimo de duas outras precárias construções, que serviam para abrigar funções paroquiais. Esta intervenção alterou a forma original e, portanto, não compõe o volume do objeto tombado, bem como as demais edificações localizadas dentro da área de tutela especificada no Decreto de Tombamento 15.156, de 26.10.93, publicado no DODF de 29.10.93 lei nº 609 de 06/10/93 da Câmara Legislativa do DF. Data da inscrição 14/112/93; folha 003 livro 11 Edifícios e Monumentos Isolados de PHNGDF, inscrição n.012 Processo 150.000.276/93. Após a fixação da vila, a área do antigo acampamento torna-se área de preservação uns parques ecológicos, aprovados pelo CAUMA em 03.06.92, com o objetivo de preservar da antiga vila, e implantações de edificações de infra-estrutura para lazer ecológico.

A churrascaria do Paranoá tem uma história a ser resgatada pelo atual Gestor Senhor Calista. É uma arquitetura de 1959, onde operários e o Ministério do Presidente Juscelino encontravam-se para tratar de negócios ou até mesmo para alguns eventos. Em

10 de dezembro de 1964, pelo Decreto no4. 545/64, ratificado pela lei n.049/89 foi criada a Região Administrativa do Paranoá. (RA VII Paranoá).

A denominação 'Paranoá' origina-se do nome do Rio Paranoá. Ressaltando a história, a Liga Desportiva do Paranoá teve presença marcante desde sua fundação em 23/06/88 até os dias de hoje. Naquele ano realizou seu primeiro torneio de futebol de campo envolvendo 16 equipes. Califórnia, América, Ajax, Colorado, Berrante, Internacional, Proálcool, Bahia, Esporte, Seniores, Cor, Pinheiro, Asa Branca, Armarrinho, Santos e Porto.

### **3.1.5 INFRA-ESTRUTURA E ASPECTOS ARQUITETÔNICOS**

Avenida Central na altura das entre quadras 26/28 com desproporcional movimentação de pedestre, ciclistas, carroceiros, veículos, animais diversos abandonados, decorrentes dos grandes a fluxos em desordenado vai e vêm, sobrecarregando ainda mais em decorrência da feira popular, parada de coletivos, retorno e faixa de pedestres e abusivos estacionamentos, acrescido da volumosa quantidade de lixos diversos, distribuídos por todo pequeno espaço terrestre.

Recolocação da Feira Pública existente na área para local apropriado e preferencialmente em uma específica que abriga todas as feiras existentes e as que virão, inclusive feiras dos produtores rurais, artesanais, industriais, ambulantes e o sonhado camelódromo (tipo feira dos importados) reunindo a sociedade mercantil em área contígua e digna da utilização e visitação e dignificarão dos seres humanos demandantes.

Quanto ao espaço faz-se necessário e inadiável planejamento arquitetônico dignificante de utilização de espaço público tais com: a definição metrico-espacial de cada área comercial, a reconstrução de passeio pública com rampas e interligação definitiva supressão de degraus, remarcação de faixa de pedestre, nivelamento do canteiro central, com a manutenção e melhoramento evolutivo da iluminação central e substituição da rede elétrica aérea por rede elétrica subterrânea ou outros meios que retire definitivamente o posteamento elétrico instalado na importante avenida central.

Faz-se urgente à interação com o DETRAN ou o órgão responsável, pela instalação de placas públicas indicativas de endereçamento detalhado em toda a RA VII.

As vias de acesso necessita de sinalização em todas as entradas da cidade indicando as quadras, bem como em toda a avenida central. Nos estacionamentos, adequá-los,

sinalizá-los, inclusive para os portadores de necessidades especiais, inclusive às pessoas idosas.

Na praça da Bíblia, construir uma réplica do chafariz, dar mais vida a esta praça, pintar *play graud*, colocar cestos de lixos, bancos e quiosques.

Revitalizar o Centro de Visitação (CAT) onde é um lugar aberto ao público e destinado á interpretação de um sítio, cidade ou parque, com aspectos da sua historia para o visitante. Utilizando uma variedade de técnicas interpretativas, que oferece serviços como: bares, lanchonetes, sanitários e loja de souvenirs. Sua localização deve ser apropriada e apresentação atraente.

Já na praça central, deve construir um museu contendo em seu interior fotografias da construção da barragem, da antiga vila, Igreja São Geraldo, churrascaria, e dos acampamentos.

O Mirante da região oferece uma vista de grande beleza cênica. Nestes locais podem ser construídos quiosques, preferencialmente com cobertura, onde o visitante possa contemplar a natureza, ou mesmo, ler um livro, escutar música ou apenas descansar.

Torres de Observação de Aves e / ou da Fauna Silvestre. Construção simples em locais apropriados onde o visitante possa conhecer e se situar diante da área e contemplar a variedade de recursos naturais.

### **3.1.6 INFRA -ESTRUTURA DE APOIO TURÍSTICO**

- Agencia Bancária -BRB e Banco do Brasil é precário;
- Água - Rede de abastecimento de água fluvial, o abastecimento é feito pela Companhia de Saneamento do Distrito Federal (CAESB);
- Energia Elétrica - Fornecimento pela companhia de energia de Brasília (CEB);
- Estação de Rádio -Comunitário com frequência em FM.

### **3.2 DEMANDA TURÍSTICA DO DF**

De acordo com a Pesquisa de Informações Socioeconômicas das Famílias do Distrito Federal (PISEF/DF), elaborada pela CODEPLAN, no período de março/maio de 1997, no Distrito Federal, a classe de renda de 2 até 10 salários mínimos (SM) concentra 43% das famílias, representando a maior incidência, seguida da classe de 10 a 25 SM, que, acumulada à primeira, resulta em quase 70% do total das famílias.

O Distrito Federal apresenta uma distribuição de renda acentuadamente desigual entre as 19 Regiões Administrativas e entre as famílias de cada uma delas, podendo-se traçar um mapa aproximado dos níveis socioeconômicos da população, em função da infraestrutura e serviços disponíveis, e da distância dos núcleos urbanos ao centro, o que é representado pelo Plano Piloto de Brasília.

No Lago Sul e no Lago Norte, detectou-se a maior concentração de famílias de maior poder aquisitivo. Ali, mais de 60% delas recebem acima de 40 SM mensais. Na Região Administrativa de Brasília também se observa expressivo percentual de famílias com rendimento acima de 40 SM, no entanto, embora elevado, esse percentual não atinge os 30%.

Em situação inversa encontram-se as RAs do Recanto das Emas, do Paranoá, de Santa Maria e de São Sebastião, onde mais de 90% das famílias têm rendimentos de até 10 SM.

Por outro lado, uma análise global das famílias do DF revela que a maior incidência de famílias com ganhos acima de 40 SM verifica-se na RA de Brasília (47,05 %), enquanto as de mais baixa renda (até 2 SM) foram localizadas em Ceilândia (16,97 %) e Samambaia (15,50 %).

#### **3.2.1 - PERFIL DE RENDA DAS FAMÍLIAS**

De acordo com a Pesquisa de Informações Socioeconômicas das Famílias (PISEF/DF), a quantidade de famílias do Distrito Federal que possui forno de microondas em suas residências cresceu 347% nos últimos seis anos. De 91 para 97, o índice de famílias com esse eletrodoméstico saltou de 5,51% para 19,85%. Já a presença do microcomputador nos lares aumentou, no mesmo período, de 2,84% para 14,85%, o que representa uma elevação de 422%.

A PISEF também informa que 49,8% das famílias têm um ou mais automóveis e que, quanto às atividades bancárias, mostra que 62,52% das famílias possuem conta corrente e 18,27% depositam seu dinheiro na poupança.

No período pesquisado, entre fevereiro e abril de 1997, a renda bruta média mensal das famílias do DF foi de 15 SM.

Embora seja um valor elevado, se comparado à média nacional, a informação desse rendimento apresenta fortes distorções entre as Regiões Administrativas.

Como era de se prever, as famílias de renda mais elevada foram localizadas nas RAs do Lago Sul e do Lago Norte, que apresentaram rendas médias familiares de 65,76 SM e 52,70 SM médios mensais, respectivamente, caracterizando-se como localidades com famílias de poder mais alto e homogêneo, embora na RA do Lago Norte tenha sido pesquisada a comunidade do Varjão, onde as famílias auferem baixos rendimentos.

Em Brasília detectou-se uma renda média mensal familiar da ordem de 32,53 SM, menos elevada que as rendas apuradas no Lago Sul e no Lago Norte, mas bastante acima das demais RAs que estão localizadas na Bacia do Lago Paranoá: Cruzeiro (24,70 SM); Guará (20,70 SM); Núcleo Bandeirante (18,13 SM); Candangolândia (11,38 SM); Riacho Fundo (9,81 SM) e Paranoá – área urbana (4,60 SM).

Em termos gerais, nas RAs do Paranoá e do Recanto das Emas, foram observadas as menores rendas brutas, correspondentes a 4,60 SM e 4,74 SM, respectivamente, o que equivale a menos de um terço da renda detectada para o Distrito Federal.

Esses resultados destacam a disparidade entre as regiões do DF, determinada pela discrepância dos níveis de renda auferidos, variável reguladora do acesso aos bens, serviços, educação e lazer disponíveis para a população, o que reproduz a própria realidade nacional na Capital da República.

Segundo os dados de meados da década de 90 (PDOT-1996), o conjunto das atividades que compõem o setor terciário totaliza cerca de 84% de todo o emprego do Distrito Federal, envolvendo o comércio, a prestação de serviços e a administração pública.

De acordo com a PED-DF, divulgada em julho de 2000, o setor privado emprega 263 mil trabalhadores, mais do que o setor público, que emprega apenas 209,2 mil o que confirma a transformação de Brasília, que deixa de ser uma cidade meramente administrativa.

A descentralização das oportunidades de emprego, do comércio, dos serviços e demais atividades econômicas para as diversas Regiões Administrativas do DF,

atualmente, concentradas em Brasília (55%), Taguatinga (14%) e Guará, incluindo o SAI (9%), que juntas representam aproximadamente 80% dos estabelecimentos prestadores de serviços do DF, é apontada como a principal medida para elevar o padrão socioeconômico da população, preservar a qualidade de vida em Brasília e melhorar a qualidade de vida nas demais cidades, combatendo o desemprego e a violência urbana.

Segundo a pesquisa realizada pela WHO – Pesquisa e Informações de Mercado, em junho de 2000, apesar de a taxa de desemprego atingir 21,6% da população economicamente ativa, envolvendo 191 mil desempregados, 62,5% dos entrevistados acham difícil arrumar emprego, mas concordam que não falta opção para ganhar dinheiro. Essas opções surgem no setor informal da economia, fazendo crescer, todo dia, a legião dos ambulantes, biscateiros, quiosqueiros, catadores e outros trabalhadores de rua.

### **3.2.2 - DEFINIÇÃO DO PÚBLICO ALVO**

A análise das características e das variáveis da demanda devem ser consideradas na oferta de produtos e serviços turísticos, que devem atender às expectativas do consumidor, além tornar mais eficiente as ações de promoção, divulgação, e comercialização.

#### *Visitantes*

Moradores do Distrito Federal e da Região do Entorno que terão mais uma opção de lazer nos finais de semana. Abrange pessoas de todas as faixas etárias e de renda variada, pessoas sensíveis, ligadas à natureza e à preservação ambiental.

#### *Turistas Convencionais*

Atraído pelo potencial turístico e pelas particularidades do local turistas de várias origens e classes sociais.

#### *Escola*

A região poderá proporcionar práticas educativas e de lazer, pensar nas escolas como público é muito importante e economicamente viável.

#### *Apreciadores do Turismo rural*

Esta é uma atividade que vem sendo exercida no Distrito Federal e em outros Estados.

### *Apreciadores da Agricultura Familiar*

È uma atividade de grande valor, podendo inseri-los no turismo, desde que haja uma capacitação de mão-de-obra para o atendimento e até mesmo capacitar os próprios agricultores para que se conscientizem que deve haver uma infra-estrutura para atender a demanda turística.

### **3.3 METAS**

As metas servem de base para que os planejadores estabeleçam os objetivos de desenvolvimento. São nossas metas:

- O turismo como principal fator de desenvolvimento econômico, social e cultural da RA VII do Paranoá;
- As explorações racionais, auto-sustentáveis e não predatória dos atrativos e recursos naturais da região.

### **3.4 OBJETIVOS**

Os objetivos são a expressão qualitativa de certos propósitos. O estabelecimento de objetivos tem uma importância fundamental no processo de planejamento: Como macro referencia para o projeto da estratégia de desenvolvimento e a posterior avaliação dos resultados obtidos. Para um Turismo Rural ordenado e fortalecido na RAVII do Paranoá são necessárias ações regulamentadas e articuladas, desenvolvidas por agentes governamentais em parcerias com o setor privado e comunidade, além de infra-estrutura adequada e de capacitação profissional.

Fundamentando-se nas proposições e necessidades identificadas durante o processo de pesquisa do diagnóstico apresentado, temos como objetivo:

- Obter uma maior participação do setor de turismo na arrecadação regional
- Obter maior participação do setor na geração de empregos;
- Crescimento dos gastos dos turistas na RA VII do Paranoá;
- Conservar os atrativos naturais e culturais que estão sendo explorados;
- Revelar os recursos naturais e culturais que podem se tornar atrativos turísticos.

### **3.5 ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS**

Para atingir o objetivo aqui proposto foram definidas diretrizes, detalhadas em estratégias específicas. A ordem de apresentação não deve ser entendida como uma seqüência a ser seguida, de acordo com o estágio de desenvolvimento da atividade turística, os arranjos institucionais e intersetoriais e a disponibilidade de recursos. Embora divididas para melhor apresentação dos conteúdos, tais diretrizes devem ser trabalhadas em um contexto macro, conjunto, onde a inter-relação das ações e dos agentes é condição fundamental para o sucesso de sua implantação.

Estratégia é uma busca de novos padrões de oportunidade e de novos padrões de interação entre o cliente, empresa, tecnologias e mercados. É a maneira de como se deve conduzir uma atividade. São nossas estratégias:

- Criar um Departamento Regional do Turismo;
- Criar uma política incentivadora e reguladora, da região;
- Criar normas e legislação específica para o segmento de turismo rural;
- Informar e conscientizar a população em geral sobre o conteúdo do plano de desenvolvimento turístico do município, ressaltando que cabe á iniciativa privada a exploração dos equipamentos turísticos (meio de hospedagem, alimentação, transporte e comercio de artesanato etc.);
- Conscientizar as crianças e adolescentes quanto a preservações cultural e ambiental;
- Incentivar a continuidade do rico artesanato local;
- Incentivar a formação e a capacitação de profissionais para o turismo rural;
- Elaborar diretrizes de preservação ambiental;
- Elaborar diretrizes de ocupação e uso do solo e de expansão urbana.

### **3.6 ESTRATÉGIAS DE MARKETING**

A promoção e a comercialização de roteiros, produtos e serviços turísticos rurais devem ser planejadas e desenvolvidas de forma integrada e regionalizada, considerando suas especificidades e limitações quanto ao número de turistas a serem recebidos, a fim de valorizar o atendimento personalizado e tipicamente familiar.

- Utilização de meios de comunicação tanto eletrônicos quanto gráficos (e-mail, folheto, folder, jornal, radio, Tv e revistas especializadas);
- Comunicar a todo o funcionalismo público, por meio de material impresso, convênios com as associações dos funcionários, a criação do Departamento Regional de Turismo, que centralizará as diretrizes propostas;
- A equipe de notáveis (governador, secretários etc) deverá receber assessoria de profissionais especializados em comunicação social, que tratarão da divulgação de eventos bem como da dinamização, ao máximo, dos locais do turismo rural da região;
- Essa mesma equipe se encarregará de readequar ou redimensionar a estratégia mercadológica;
- Promover palestras com profissionais capacitados da área de turismo rural (trimestralmente)

### 3.7 DIRETRIZES INSTRUCIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA RA VII DO PARANOÁ

As diretrizes permitem por em prática a proposta apresentada. As diretrizes é um guia de ação a ser seguido. Orientações ou regulamento para aplicação ou execução das estratégias Assim, a construção dos arranjos sugeridos pressupõe uma compreensão da atividade de Turismo Rural como uma forma de promoção do desenvolvimento sustentável, tendo como principal estratégia a constituição de redes de parceiros em diferentes níveis e núcleos de atuação, que garantam a fluência permanente de informações e o planejamento integrado.

Diretrizes institucionais	Prazo	Responsabilidade
Criação de cargos administrativos do departamento de turismo regional, para melhor desenvolvimento de atividades turísticas.	Curto	SEBRAE, SINDICATO, PRONAF.
Elaboração de roteiros turística rural para a região RA VII Paranoá.	Curto	SESCOOP, SEBRAE, SENAC.
Implantação dos postos de informações e recepção da região.	Curto	Departamento de Turismo. SEBRAE, SENAC.
Produção de Material publicitário sobre os atrativos rurais da região em parceria com a iniciativa privada	Curto	Departamento de Turismo e Assessoria de Comunicação
Promoção e realização de seminários sobre educação ambiental para professores das escolas da região de primeiro e segundo grau, com participação de órgãos competentes. Esses seminários objetivam a conscientização de preservação dos	Curto e Médio	Departamento de Educação e de turismo, SEBAE, SENAC, IBAMA.

recursos naturais e culturais da região, tornando os professores agentes multiplicadores do processo de conscientização turística e ecológica.	Médio	Órgãos responsáveis: DETRAN, DNER, Departamento de obra.
Conservação, sinalização e embelezamento com reflorestamento em torno das vias de acesso.		
Definição dos serviços turísticos a serem oferecidos como acomodação e comercialização de produtos gerados na propriedade rural.	Médio Prazo	EMBRATUR, SINDETUR.
Incentivo para a formação e capacitação de guias de turismo, e animadores culturais.	Curto e Médio	Departamento de Turismo SENAC, SEBRAE.
<b>Diretrizes institucionais</b>	<b>Prazo</b>	<b>Responsabilidade</b>
Apoio á uma cooperativa de artesãos	Médio	SEBRAE, SENAC.
Desenvolvimento de espaços de vendas para o artesanato local.	Médio Prazo	EMBRATUR, SINDETUR.
Instalação de toda a infra-estrutura necessária e recursos humanos, materiais físicos do Departamento Regional de Turismo.	Curto	SINDICATO, SEBRAE, EMBRATUR.
Elaboração de planos de manejos das áreas de recursos naturais para a adequada exploração do turismo rural.	Curto	Departamento de Turismo, IBAMA.
Permanente atualização do cadastro da oferta turística da região.	Curto, médio e Longo.	Embratur, SEBRAE, IBAMA.
Levantamento periódico da demanda turística, setorizada por atrativo.	Curto, médio e longo.	Departamento de Turismo, IBAMA.
Criação de uma campanha de conscientização para reciclagem do lixo da região.	Curto	Departamento de Educação e Assessoria de Comunicação
Melhoramento na área de depósitos de lixos da região, a fim de não ferir a paisagem e o meio ambiente.	Curto	Departamento de obras
Organização, promoção e realização ou apoio de eventos na região.	Curto e médio	Departamento de Turismo e de Cultura e Eventos, EMBRATUR.
Fiscalização da implantação de projetos na área de recursos naturais	Médio e longo	Departamento de Turismo e de Obras, EMBRATUR.

Quadro 03 - Fonte: Turismo e Planejamento sustentável. Ruschmann, 1997.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Turismo Rural, segmento relativamente novo e em fase de expansão no Brasil, pode ser explicado, principalmente, por duas razões: a necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos; e a vontade dos moradores urbanos de reencontrar suas raízes, de conviver com a natureza, com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior.

Dessa forma, o Turismo Rural propicia o contato direto do consumidor com o produtor que consegue vender, além dos serviços de hospedagem, alimentação e entretenimento, produtos *in natura* (frutas, ovos, verduras) ou beneficiados (compotas, queijos, artesanato). Assim, obtém-se melhor preço e qualidade dos produtos para o turista e maior renda para o produtor.

Entretanto, as iniciativas públicas e privadas têm se mostrado insuficientes no sentido de promover e fomentar o desenvolvimento dessa atividade. A ausência de consenso sobre a conceituação de Turismo Rural, a falta de critérios, regulamentações, incentivos e outras informações que orientem os produtores rurais, os investidores e o próprio Governo são as causas de um segmento impulsionado quase que por completo pela oportunidade de mercado, o que pode comprometer a imagem do produto.

Construir um desenvolvimento turístico sustentável na RA VII do Paranoá é um enorme desafio. Esta afirmativa não deriva das dimensões territoriais, mas, sobretudo pela diversidade dos atores sociais relevantes, seja do próprio local, seja do país como um todo, que tem aqui sua expressão política.

Para transformar esta possibilidade em realidade será preciso superar a visão até agora predominante de que o desenvolvimento se dá a partir apenas de um espaço a ser ocupado. É necessário entendê-lo como construção sustentável, envolvendo politicamente no processo todos os atores relevantes e tendo como ponto de partida o necessário equilíbrio entre as dimensões do desenvolvimento, não apenas, um espaço a ser ocupado, nem também a ser preservado enquanto recurso natural, como algumas vertentes do turismo rural entendem o desenvolvimento sustentável.

Com prática do Turismo Rural, na Ra VII do Paranoá será proporcionado alguns benefícios como:

- Melhoria das condições de vida das famílias rurais;

- Interiorização do turismo;
- Difusão de conhecimentos e técnicas das ciências agrárias;
- Diversificação da oferta turística;
- Diminuição do êxodo rural;
- Conservação dos recursos naturais;
- Reencontro dos cidadãos com suas origens rurais e com a natureza;
- Geração de novas oportunidades de trabalho;
- Melhoramento da infra-estrutura de transporte, comunicação, saneamento;
- Criação de receitas alternativas que valorizam as atividades rurais;
- Melhoria dos equipamentos e dos bens imóveis;
- Integração do campo com a cidade;
- Integração das propriedades rurais e comunidade;
- Valorização das práticas rurais, tanto sociais quanto de trabalho;

Visto pela perspectiva do desenvolvimento rural, o turismo no espaço rural é uma das atividades mais bem colocadas para assegurar a revitalização do tecido econômico rural, sendo tanto mais forte quanto conseguir valorizar os recursos, a história, as tradições e a cultura de cada região.

Ele é não só um fator de diversificação das atividades agrícolas, como um fator de pluriatividade, através da dinamização de um conjunto de outras atividades econômicas que dele são tributárias e que com ele interagem. É o caso do artesanato, da produção e venda na exploração de produtos tradicionais, dos quais se destacam os produtos agrícolas e gêneros alimentícios certificados, dos serviços de transporte, de animação, de guias etc, etc.

Importa promovê-lo de forma harmoniosa e sustentada, no respeito pelas diferenças que caracterizam cada região e pelos requisitos de qualidade e de comodidade exigidos pela clientela que o procura.

A qualidade do planejamento e do desenvolvimento turísticos irá determinar o sucesso e a longevidade de qualquer distinção. Assim, tempo, esforço e recursos dedicados ao planejamento são investimentos essenciais.

Planejadores cuidadosos formulam as metas para o desenvolvimento turístico e essas deveriam ser sempre os princípios orientadores. Se quisermos crescer, devemos superar obstáculos para a melhoria dos planejamentos sólido, através de meios políticos. Isso costuma ser obtido através de um organismo de turismo oficial. Os desenvolvimentos turísticos deve ser uma parte do desenvolvimento geral regional ou urbano de uso da terra.

Os empreendimentos turísticos costumam envolver o governo e os empreendedores privados. Cada setor pode contribuir da melhor forma para certas partes de um projeto. O governo geralmente oferece a infra-estrutura, como estrada, suprimentos de água, esgotos, terminais de transporte público e estacionamento. Os empreendedores privados entram com a superestrutura, como hotéis, restaurantes, instalações recreacionais e áreas comerciais.

O governo também pode ajudar consideravelmente na disponibilização de recursos financeiros. O setor privado deve avaliar o investimento em instalação turística do ponto do retorno financeiro e dos riscos, antes que os recursos sejam liberados.

Em base aos estudos e análises realizadas no inventário e diagnóstico da RA VII do Paranoá, acredita-se que a proposta de desenvolvimento turístico sustentável local e regional é possível.

Sugeriu-se que o problema existente em relação à capacitação profissional da mão de obra local, sejam através de cursos profissionalizantes, estabelecendo parcerias entre o governo e instituições tipo SEBRAE, SINE, SENAI dentre outras. A atualização profissional e a realização de treinamento são almeçadas pela população como possibilidade que se abrem para o acesso ao mercado de trabalho e conseqüentemente como um caminho a seguir na busca por melhores oportunidades de geração de emprego e renda no turismo ou em outras atividades.

Assim para que a RA VII do Paranoá se torne um exemplo de turismo rural, deve-se tratar a questão turística com profissionalismo e sabedoria. O turismo reverte a região inúmeros postos de trabalho, extremamente necessário no atual momento do país.

Para esta proposta consideramos um plano de desenvolvimento turístico com diretrizes definidas para curto médio e longo prazo. Essas diretrizes facilitam e muito a

exploração dos recursos existentes na região, sem agir predatoriamente, pois, do contrario, só haverá deterioração dos atrativos que a região possui.

Nesta proposta de desenvolvimento turístico apresentada compreende:

- Inventário de oferta turística;
- Inventário da demanda turística;
- Diagnostico – reflexão e compreensão da situação da região;
- Metas – fins com que se encaminham as ações ou as principais variáveis que devem ser enfatizadas;
- Objetivos – aquilo que se pretende alcançar;
- Estratégias – a maneira como se deve conduzir uma atividade, alcançar satisfatoriamente os objetivos fixados;
- Diretrizes – guia de ações a serem seguidas.

Assim, a construção dos arranjos sugeridos pressupõe uma compreensão da atividade de Turismo Rural como uma forma de promoção do desenvolvimento sustentável, tendo como principal estratégia a constituição de redes de parceiros em diferentes níveis e núcleos de atuação, que garantam a fluência permanente de informações e o planejamento integrado.

## **BIBLIOGRAFIA**

ABRAMOVAY, Ricardo Do setor ao território: Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo – **Primeiro relatório de pesquisa do IPEA RJ: IPEA** jun.1999.

AGENDA 21 Brasileira – Ações **Prioritárias / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002.

AGENDA 21 Brasileira – **Resultado da Consulta Nacional**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/PNDU, 2002.

BANCO DO NORDESTE, **Turismo no Nordeste Brasileiro Fortaleza: BNB 1997, p.22-25**.

BAUDEL WANDERLEY, Maria de Nazareth **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o município rural e estudo preliminar sobre os pequenos municipais de Pernambuco Recife. 2001 15p**

BENI, M.C. Política e estratégia de desenvolvimento regional. Planejamento integrado do turismo. In: RODRIGUES, A.B., (Ed). **Turismo e Desenvolvimento Rural**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. p. 79-86.

BID-IICA/CIDER. **Enfoque conceptual y proceso metodológico para estudos: Municipalización rural y proceso metodológico em América Latina** Panamá: IICA-CIDER maio. 2001 42p.

BORGES, Marcos Martins. Levantamento do Potencial ecoturístico (inventário). **Manual do Ecoturismo de Base Comunitária**. Brasília 20023.

BRACERAS, Maria Guadalupe **El análisis y el aporte Del turismo rural em Españã y Argentina**. Tesis (maestría en Turismo)- Universidad Politécnica de Valencia, Facultad de Turismo y Hostelería, Valencia, España, 2001. 135p.

BUARQUE, Sergio, MIRANDA, Carlos, Araújo, Tânia Bacelar de e GUIMARAES NETO, Leonardo. **Planejando o desenvolvimento sustentável; a experiência recente no Nordeste Brasileiro**. Brasília, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, 1999.

BUARQUE, Sergio, **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Garamond. 2002. 180p.

CALATRAVA, J e RUIZ, P. **O turismo, uma oportunidade para lãs zonas desfavorecidas?** LEDER Magazine, n.5. p.13-25, mar/abr. 1995

CALS, Joan, CAPELA, J e VAQUE, E. **El turismo em el desarrollo rural em Espana**. Madrid: Ministério de Agricultura, v.1, n.2, p, 10-59, set.1995.

CAMPANHOLA, Clayton e GRAZIANO da SILVA, José. **O Lazer e o Novo Rural** Artigo cedido pelos autores lançado em 2002.

\_\_\_\_\_ **Agro-tourism as a new income source for the brazilian smal farmers**. Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER) e X IRSA Word Congress of Rural Sociology Rio de Janeiro, 30 de jul. a 5 de ago. de 2000.

\_\_\_\_\_ **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional SP**: Embrapa v.2 156p. 2000

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (Org.) **Turismo: desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, cap. 4, p. 94-111, 1997.

CAVALCANTE, Flavio Emilio. **Qualidade de Serviços em hotelaria: uma aplicação da escala servqual em quatro hotéis de Natal- RN UFRN** Tese de Mestrado, 1997, 185p.

CARNEIRO, Maria Jose. Ruralidade: novas identidades em construção. Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER). Natal – RN, ago. P. 147-185, 1997.

DISTRITO Federal. **Paranoá**. Disponível em:

Http: [www.codeplan.df.gov.br/publicações/FA/RAVii.htm#link 4](http://www.codeplan.df.gov.br/publicações/FA/RAVii.htm#link 4). Acesso dia 15/01/04.

GONH, Maria da Gloria. **Conselhos gestores e participação sóciopolítico**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES DA SILVA, Aldenor **Meio rural: o espaço da exclusão?** Artigo 9p.

\_\_\_\_\_. Novas configurações no espaço rural do Rio Grande do Norte In: CAMPANHOLA, Clayton e GRAZIANO da Silva, José. **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional SP**: Embrapa v, 2 13-44p. 2000.

GRAZIANO DA SILVA, Jose. O emprego rural e mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo: Fundação SEDAE v. 11, n.2, p. 50-64, abr./jun. 1998<sup>a</sup>.

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro**. Campinas, SP: Unicamp. IE, 1999. 536p.

\_\_\_\_\_. In: Tendências: Agricultura e desenvolvimento. **Globo rural**, RJ: Globo v. 17 n. 195 p. 58-9, jan. 2002.

GRAZIANO da SILVA, Jose; VILARINHO, Cartyie e DALE, Paul J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In Almeida, Joaquim Anécio; FROEHLICH, Jose Marcos & RIEDL, Mario. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**, p. 11-47, 1998b.

GRAZIANO da SILVA e Del GROSSI, Mauro Eduardo **Evolução da renda nas famílias agrícolas rurais: Brasil, 1992/97**. Reunião anual da ANPEC, Belém do Para, 1999.

GUIT, Irene. Monitoramento participativo: conceitos e ferramentas praticas, para a agricultura sustentável. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1999.

CRUZ LIMA, Luiz. Da cidade ao campo: a diversidade do saber – fazer turístico. 2ed.

Fortaleza: UNECE, 1998. 401p.

HASSE, Geraldo. Parada ecológica. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 28oct. 2001 Suplemento de turismo.

\_\_\_\_\_ Inventario e diagnostico administrativo da Região RA VII do Paranoá. GDF, coordenação, CAPRA, Tânia. 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO – EMBRATUR. **Manual Operacional do Turismo Rural. Brasília**, 1994. 38p

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO – EMBRATUR e IICA – Instituto Interamericano de Cooperacion para la Agricultura – **Projeto de cooperação para gestão do programa nacional de municipalização do turismo Brasília DF**. Jan. 2002. 80p.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERATION PARA LA AGRICULTURA – IICA E CIDER – **Nueva ruralidad – El desarrollo rural sostenible em el marco de una lactura de la ruralidad** . Serie: documentos conceptuales Costa Rica: IICA mar 200. 35p.

\_\_\_\_\_ In: La Competitividad econômica – **Documentos técnicos del Programa Lader de la Union Europea** dic. 1999. 143p.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERATION PARA LA AGRICULTURA – IICA – **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Serido, Governo do Estado de RN**. v1. 2000, p.25.

KLEIN, E El empleo rural no agrícola em América Latina. Seminário **La Sociedad Rural Latino Ameircana Hacia el Siglo XXI**. PREALC/OIT. Santiago – Chile, 1992. 22p.

LACERDA, D. Projeto Piloto de Turismo como fonte de renda para antigos sem terra: Uma nova perspectiva para reforma agrária. **Jornal do Comercio**, Recife, 15jan. 1997. Suplemento de turismo.

LOPES TEIXEIRA, Vanessa. Turismo rural na região Serrana do Estado do Rio de Janeiro **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER) e X IRSA Word Congress of Rural Sociology**, Rio de Janeiro, 30 de julho a 05 de agosto de 2000.

---

**Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do estado do Rio de Janeiro.** Tese (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ: Seropédica 1998, 183p.

MARETTI, CLÁUDIO vice-presidente para a região Brasil da Comissão Mundial de Áreas Protegidas (CMAP) da UICN e WWF-Brasil.

MISSÃO terra – o resgate do Planeta. Agenda 21 feita por crianças e jovens. São Paulo: Cia Melhoramentos, 1994. – Agenda 21, Feita por crianças e jovens em associação com a Organização das Nações Unidas.

MOLINA, Sergio E. **Turismo y ecologia.** 6.ed. México: Trillas Turismo, 1998. 198p

NAVARRO, Zander Políticas publicas, agricultura familiar e os processos de democratização em áreas rurais brasileiras (com ênfases para o caso do sul do Brasil) – **XX Encontro anual da associação de pós-graduação pesquisa em ciências sociais (ANPOCS).** Minas Gerais, 22 a 26 de out. 1996, 50p.

OLIVEIRA, Cássio Garkalos; MOURA, Jose Carlos; SGAI, Marco. **Turismo novo caminho o espaço rural.** 1.ed. São Paulo: FEALQ, 2000. 276p.

ODUM, Howard T **Ambiente, Energia y Sociedad.** Barcelona: Editorial Blume, 1980, 110p.

OXINALDE, Miguel del Reguero. Ecoturismo: **nuevas formas de turismo en el espacio rural.** 1.ed. Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1994. 150p.

PAULA, Juarez de. Desenvolvimento e gestão compartilhada. In SILVAIRA, Caio Marcio e REIS, Liliane da Costa (org). Desenvolvimento Local, Dinamicas e Estratégias, Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001.

PIRES, Paulo dos Santos. Turismo rural: realidade e porvir In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (Org) **Turismo Rural** São Paulo: Contexto, cap. 2, 2001 p.101-151.

PERAZZO, Fabiana. **Turismo rural: o (Re) ordenamento da atividade no município de Areia/PB**. Monografia (graduação em Turismo – administração e Hotelaria). Universidade de Fortaleza, Ceará. 2001. 100p.

PEREIRA PORTUGUEZ, Anderson. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 127p.

PORTILLO, R. Blanco e BENAYAS, J. Del Alamo El Turismo como motor de desarrollo rural. Análisis de los proyectos de turismo subvencionados por Laeder I. **Revista de Estudios Agro- Sociales**, Madrid. N.169, p.119-147, jul. /set. 1994.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. 1.ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 274p.

RUSCHMANN, Doris v. d M. Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil. 1.ed. EMBRATUR: Brasília, 1999.40p.

\_\_\_\_\_ O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. Turismo em áreas rurais. In: Almeida, Joaquim Anécio, FROEHLICH, Jose Marcos & RIEDEL, Mario . **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**, p.49-56, 1998.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In BURSZTYN, Marcel. (org). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense . 1993.p. 30-43.

\_\_\_\_\_ Recursos, emprego e financiamento do desenvolvimento: produzir sem destruir – o caso do Brasil. **Revista Economia Política**, São Paulo, Brasiliense, v.10, n.1, jan./mar. 1990.

SALVADOR, Ângelo Domingos. Métodos e Técnicas de pesquisa bibliográfica. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 1974,90p.

TARLOMBANIDA SILVEIRA, Marcos Aurélia. Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável, In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo: desenvolvimento local**. São Paulo. Hucitec, cap. 6, 1997. p. 130-135.

TROPIA, Fátima. Turismo no meio rural. 1. ed. Belo Horizonte: Autentica 1999. 80p

TRONCOSO, Bolívar. **Turismo Ambientalista ou Naturalista. Ecoturismo Estudios y perspectivas em turismo**. Buenos Aires:CIET, 1996,p.92-156.

TULIK, Olga. Do conceito às Estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (org). Turismo: desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec, cap. 3, 1997, p. 75-87.

ZIMMERMANN, Adoris. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim Anaécio: RIELD, M.: FROEHLICH, J.M.:(org). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. 1. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000. 120p.

SILVEIRA, Caio Marcio e REIS, Lílian da Costa (org). Desenvolvimento Local Dinâmicas e Estratégias. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001.

## **ANEXO**

### **Regiões Visitadas**

#### **MEMORIAL DAS IDADES DO BRASIL**

Proprietário: PAULO BERTRAN

Localização: DF 005 / SMLN MI TRECHO n CHÁCARA 258 Cidade: PARANOÁ-DF

Atrativos: Inscrições rupestres de sítios arqueológicos do Brasil e trilha. Atividades: caminhadas e eventos

Instalações: local para eventos com cozinha e salão de eventos. Telefone 1918-8040/ 409-1307.

#### **JARDIM DO ÉDEN HOTEL E RESTAURANTE**

Proprietária: ANTJE SEIGLITZ

Localização: Boqueirão, estrada Cachoeirinha n° 530. Cidade: Paranoá -DF

Atrativos: Sete Lagos, cascatas, jardins de inspiração japonesa, animais silvestres e domésticos.

Atividades Passeio a cavalo, congressos, seminários, confraternização e retiros espirituais.

Instalações: capela, mini auditório, piscina, sauna a vapor e suítes.

Telefone: 932 08 09 / 4132157

#### **CHACARA KALAHARY – gavião real viveiro das araras**

Proprietário: ÉRICO ALBUQUERQUE DE ABREU E LIMA.

Localização: Interlagos n° 7 Altiplano Leste Cidade: Paranoá -DF

Distância de Brasília: 30 km

Atrativos: Aves raras criadas em cativeiro (autorizado pelo IBAMA) pica-pau, marianita, papagaios do mangue e verdadeiros, araras azuis, canidé vermelho e amarelo, mutumfécideto, pavões azuis e brancos, jacu vermelho, siriema, vulturina, gavião real (arpiá) da amazônia, inhuma (chifre) com formação cómeti, marrecos, jacutingas, urubu rei, pirrura e veados.

Telefones /3032-6085/9984-0855 /9967-0855 /9985-0885.

**ALDEIA DA TERRA**

Proprietário: LIEGE LEMOS DE SOUSA (INUCA)

Localização: Sobradinho dos Melos DF 250

Cidade: Paranoá

Distância de Brasília: 30 km

Atrativos: Trilhas, oca da cura, bosque da borboleta azul, espaço sagrado, nascente da luz, riacho. Fazendinha, ocas das redes (CAPRÃM), oca alegria, oca da lua (Yano) e círculo da lua. Atividades: caminhão, eventos, artesanato, tratamento de Dependentes Químicos.

Instalações: ocas, administração, residência (INUCÁ).

Telefone: (061) 501-1438.

**TREM DA ROÇA**

Proprietário: ROBERTSOM BARBOSA

Localização: DF 130/Km 26 chácara Santelma Coito da Barragem da Cidade: Paranoá -DF

Atividades: Passeio com pedalinhas e restaurante rural.

Instalações: Casa sede, pousada com capacidade para 30 pessoas, salão para convenções com capacidade para 300 pessoas. Funcionamento: sobreserva

Telefone: 501-0323 19606-6081

**CHÁCARA NYUBU**

Proprietário: HIRATA

Localização: DF 130 Km 27,5 V C 401 Cidade: Paranoá -DF

Produtos: pasta de gergelim, ovos e galinha caipira, queijo, iogurte natural, feijão verde, preto, verde, feijão azuki, lin, arroz integral, e frutas variadas.

Telefone: 500-0905 /326-9422/9959-3676

Eventos Promovidos pelos Proprietários:

Cabraval -carnaval companheiros e andarilhos de Brasília onde iniciou a idéia de construir a propriedade.

Festa do Milho -(ciclo completo) com a participação de amigos preparo da terra, plantio, colheita, depois fazem pamonhas, curau, etc...

Festa de São João ou São Pedro -final do mês de julho, a vizinhança é convidada cada família coopera com um prato típico, danças típicas, como forro, quadrilhas etc.

Festa do Melado, no início da seca (setembro) onde amigos participam da colheita da cana e após o próprio grupo faz o melado, a rapadura e o caldo de cana.

Festa da Pizza -amigos preparam a massa e cada um prepara a sua pizza.

Instalação: *iglus* (apartamentos), sauna, piscina, cozinha, templo local para *Tai Chi Chuan*.

Atrativos: vegetação, caminhada, animais, pássaros, nascentes, (árvore da vida) medicinal 1.300 pés e moringas (as sementes servem para purificar a água, símbolo do *t ao*).

Funcionamento: Mediante reservas.

### **FAZENDA MALUNGA**

Proprietário: JOE VALLE

Localização: Colônia Agrícola Lamarão, chácara 16, COOP ADF.

Cidade: Paranoá -DF

Produtos: hortaliças orgânicas, (sem agrotóxicos ou adubo químico). O adubo é gerado na própria propriedade, através da produção integrada de gado e frango. Venda de frango caipira criado no pasto.

Informações: pacotes fechados para conhecer a técnica utilizada. Os produtos podem ser entregues em domicílio ou comprados na fazenda.

Telefone: 340-5472/500-0554/982-0554

### **FAZENDA TRONCOSO**

Proprietário: EDUARDO TRONCOSO

Localização: BR 251/285 PADF JARDIM

Atividades: Vendas de mudas ornamentais / árvores nativas do cerrado e árvores frutíferas cerrados e venda de reprodutores.

Instalações: Casa (caseiro); estufas e viveiros.

Telefones: 9979-5418 e 367-2617.